

VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS

BRASIL



RELATÓRIO ANUAL 2013



Banco Volkswagen



SUMÁRIO

MENSAGEM
DO
PRESIDENTE

04

PERFIL

06



DESTAQUES
DE 2013

10



ESTRATÉGIA
CORPORATIVA

12

PRINCIPAIS
INDICADORES

16

ESTRATÉGIA
EM AÇÃO

18



**GESTÃO
DE PESSOAS**

20

**GOVERNANÇA
CORPORATIVA**

26

**GERENCIAMENTO
E CONTROLE
DE RISCOS**

32

PATROCÍNIOS

38



PERSPECTIVAS

42

**DESEMPENHO
ECONÔMICO
FINANCEIRO**

46

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Um ano de desafios

2013 foi marcado por resultados recordes da Volkswagen Serviços Financeiros, mesmo diante de um cenário desafiador para a indústria automobilística e para a economia brasileira em geral. Os excelentes resultados que obtivemos demonstram que conseguimos aproveitar e potencializar as oportunidades de mercado que criamos ao longo do ano.

Seguimos nossa estratégia – preço competitivo, tempo de aprovação reduzido, agilidade nos processos de venda e pós-venda – ao mesmo tempo em que nos adaptamos às mudanças de mercado.

Temos o objetivo de atingir 40% de penetration (total de contratos do Banco Volkswagen em relação às vendas totais de veículos novos da Montadora). Inicialmente prevíamos atingir esta meta somente em 2018, mas já no ano passado chegamos muito perto deste indicador com a marca inédita de 38,4%. Em Caminhões, somos a opção de escolha dos concessionários, e metade de tudo que a MAN e a Volkswagen Caminhões vende é intermediado por algum produto da Volkswagen Serviços Financeiros.

Houve melhoria em todos os indicadores de desempenho, e o lucro líquido e a rentabilidade avançaram significativamente. Nossos ativos, que somavam R\$ 5,4 bilhões em 2005, chegaram a R\$ 26 bilhões no ano passado, um avanço de cinco vezes em apenas oito anos. Destaque também para o negócio de consórcios, que praticamente dobrou as entregas de veículos Volkswagen desde 2010, contribuindo ativamente para o grupo.

Esses resultados de vendas podem ser atribuídos, em grande parte, ao programa Go40 (40% de penetration), que faz parte de uma estratégia global da Volkswagen, e oferece taxas mais atrativas para os clientes para a compra de financiamentos de diversos modelos de automóveis, graças a um acordo entre Montadora e Banco.

O programa foi adotado no Brasil no primeiro semestre de 2012, e no primeiro ano cheio em operação já demonstrou que é a estratégia mais assertiva para beneficiar os consumidores e elevar ainda mais a nossa competitividade. Importante destacar que esse programa é diferente da oferta de taxas subsidiadas, que é pontual e válida para determinadas oportunidades de modelos.

Para o futuro, uma das prioridades da companhia é consolidar as parcerias existentes com as montadoras Volkswagen, MAN, Audi e Ducati, de modo que nossa atividade de serviços financeiros ajude a aumentar a participação de mercado destas companhias e a fortalecer suas marcas.

Outro marco fundamental para o alcance dos resultados foi a continuidade da estratégia de diversificar as captações de recursos por meio de emissões no mercado de capitais, operações de securitização da carteira e via depósitos. Realizamos a segunda operação de securitização, que foi a maior do país no ano, e também nossa segunda emissão de letras financeiras.

Ambas atraíram grande interesse dos investidores, graças à gestão responsável de riscos da empresa, trabalho contínuo que assegura a sustentabilidade dos negócios. Com esta estratégia temos reduzido os custos de captação e diversificado nossas fontes de recursos, o que se traduz em um custo mais competitivo percebido na ponta, pelo cliente.

A companhia tem como prioridade uma política criteriosa de preservação da qualidade da carteira de crédito. No ano passado, o Banco Volkswagen preservou 94% da carteira entre as classificações AA, A, B e C de risco, reafirmando seu histórico de qualidade.

A empresa vive hoje um processo intenso de transformações internas, com uma série de iniciativas para aprimorar ainda mais a área tecnológica e de processos. A título de curiosidade, cerca de 20% do tempo de trabalho dos colaboradores que ficam em nossa sede está ocupado atualmente com projetos.

A maior parte destes investimentos em sistemas, processos e pessoas está inserida em um programa que chamamos de Transformação em Curso, que iniciou em 2011, e é responsável por mudanças estruturais e de gestão de métodos inovadores e de excelência que suportarão o crescimento planejado para os próximos anos.

Estamos trabalhando também na viabilização de novos canais de distribuição que nos aproximem dos clientes finais e concessionários, gerando mais receitas. Acreditamos que oferecer a mobilidade de um automóvel, aliada a serviços financeiros de qualidade, é a chave para seguir na dianteira, e é isso que continuaremos a perseguir.

Esses projetos que estamos executando darão resultados nos próximos anos, de modo que estamos plantando ativamente para colher bons frutos em um futuro próximo. Por trás destes esforços está o planejamento estratégico de longo prazo da companhia, que tem como prioridade reduzir o tempo de aprovação de crédito, oferecer taxas competitivas, melhorar a experiência do cliente final e aprimorar a relação com concessionárias e consumidores.

Contamos com o empenho de todos os colaboradores, que investem o melhor de seu talento e sua capacidade, beneficiando clientes, parceiros, investidores e acionistas. Investimos em uma cultura de longo prazo calcada em competência técnica e valores que se traduzem em atitudes no dia a dia que se coadunam com nossos objetivos. Para manter esse capital humano engajado, estamos sempre atentos a demandas apontadas em pesquisas de clima e melhores práticas de mercado, conforme apontado adiante na seção sobre Gestão de Pessoas.

No que diz respeito à satisfação dos clientes finais, pesquisa realizada em 2013 apontou o excelente índice de 88%, igual ao registrado em 2011. Em 2014 pretendemos manter 88%, e para isso contamos com o comprometimento de todos os colaboradores. A satisfação de nossos concessionários foi de 79%.

Para 2014, esperamos um cenário econômico desafiador, mas estamos confiantes de que nossa estratégia continuará a garantir que a empresa mantenha seu sólido desempenho, como ocorrido em 2013.

Nosso nível de inadimplência seguirá baixo, graças à elevada qualidade da carteira e a iniciativas comerciais do Banco, com taxas competitivas, e da própria Montadora, que prepara lançamentos – como o up! – que ajudarão a proteger nossa participação de mercado. Assim, seguimos como a 3ª maior operação do grupo Serviços Financeiros no mundo e a 17ª posição no ranking dos maiores bancos do Brasil.

Décio Carbonari de Almeida

CEO Volkswagen Serviços Financeiros Brasil



PERFIL

Empresa global com 50 anos de tradição no país, sólido desempenho e grandes resultados

A Volkswagen Serviços Financeiros é responsável pelas operações financeiras do Grupo Volkswagen em todo o mundo. No Brasil, o conglomerado é constituído pelo Banco Volkswagen, Consórcio Nacional Volkswagen e Volkswagen Corretora de Seguros.

Fundada em 1956, a Volkswagen Serviços Financeiros dispõe de uma gama de produtos para facilitar o acesso a automóveis de passeio, veículos comerciais, caminhões e ônibus Volkswagen, caminhões e ônibus MAN Latin America, veículos Audi e motocicletas Ducati.

A empresa conta com sete regionais e dois postos de atendimento distribuídos pelo país. No total, atende aproximadamente 650 concessionários das marcas. Em mais de cinco décadas de atuação no Brasil, alcançou uma carteira que supera R\$ 24 bilhões e possui uma base de mais de 950 mil clientes ativos.



6

[VOLTAR PARA O SUMÁRIO](#)

LOCALIZAÇÃO DAS REGIONAIS DO BANCO VOLKSWAGEN

Banco Volkswagen



COM SÓLIDO DESEMPENHO E UMA DIVERSIFICADA CARTEIRA DE PRODUTOS, o Banco Volkswagen é o maior banco de montadora do país, está em 14º lugar entre as instituições financeiras privadas e em 17º no ranking dos 50 maiores bancos do país, segundo dados do Banco Central. É também a 3ª maior operação da Volkswagen Serviços Financeiros no mundo.

Consórcio Nacional Volkswagen



É UMA DAS MAIORES ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS DO PAÍS E LÍDER DE MERCADO ENTRE AS ADMINISTRADORAS LIGADAS A MONTADORAS EM NÚMERO DE CLIENTES ATIVOS, segundo o Banco Central do Brasil. É a única empresa a contar com a garantia da marca Volkswagen, além do apoio da Rede de Concessionárias Volkswagen, desde o momento da venda da cota até a retirada do veículo.

Seguros Volkswagen



COM MAIS DE 50 ANOS DE TRADIÇÃO NO MERCADO, FOI ADQUIRIDA EM 2001 PELO GRUPO VOLKSWAGEN. A CORRETORA TEM PAPEL ESTRATÉGICO, COM A RESPONSABILIDADE DE MONITORAR O MERCADO E BUSCAR ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS AOS NEGÓCIOS DE SEGUROS NO BRASIL, contribuindo, assim, para as vendas dos modelos Volkswagen. Em 2008, com o lançamento da marca Seguros Volkswagen, os produtos comercializados pela Corretora ganharam identidade própria.



PARCEIROS

A Volkswagen Serviços Financeiros atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil, MAN Latin America, Audi Brasil e motocicletas Ducati.

Volkswagen do Brasil

INSTALADA NO BRASIL DESDE 1953, A VOLKSWAGEN DO BRASIL É A MAIOR FABRICANTE DE VEÍCULOS E UMA DAS MAIORES EMPRESAS PRIVADAS DO PAÍS. A empresa conta com a maior rede de distribuição, com aproximadamente 650 concessionárias no território nacional e cerca de 22 mil empregados em suas quatro fábricas: São Bernardo do Campo, Taubaté e São Carlos, em São Paulo, e São José dos Pinhais, no Paraná.

Ao longo de sua trajetória de seis décadas no país, a Volkswagen do Brasil acumula marcas expressivas: mais de 21 milhões de veículos produzidos, mais de 3 milhões de veículos exportados, vendas internas que superam 18 milhões de unidades, além da liderança de vendas do Gol no mercado brasileiro por 27 anos consecutivos. A unidade de São Bernardo do Campo foi a primeira a fábrica construída pela Volkswagen fora da Alemanha.



Grupo Volkswagen

O GRUPO VOLKSWAGEN, COM SEDE EM WOLFSBURG, NA ALEMANHA, É UM DOS MAIORES FABRICANTES AUTOMOTIVOS DO MUNDO E MAIOR FABRICANTE DA EUROPA. Em 2013, alcançou volume de vendas recorde, com 9,7 milhões de unidades comercializadas em todo o mundo.

É composto por doze marcas: Volkswagen, Audi, Porsche, SEAT, Škoda, Volkswagen Veículos Comerciais, Bentley, Bugatti, Lamborghini, Ducati, Scania e MAN. Cada marca tem suas próprias características e opera de forma independente no mercado. A gama de produtos vai de automóveis compactos de baixo consumo de combustível a veículos de alto luxo. No segmento comercial, a oferta de produtos inclui picapes, ônibus e caminhões.

O Grupo possui 106 fábricas no mundo, em 27 países, sendo 19 na Europa e outras oito em países das Américas, Ásia e África. No mundo, cerca de 570 mil** empregados produzem cerca de 37.700* veículos por dia, que são comercializados em 153* países. O objetivo é oferecer produtos atrativos, seguros e amigáveis ao meio ambiente que sejam competitivos nos mercados e estabeleçam padrões mundiais em seus respectivos segmentos.



MAN Latin America

MAIOR FABRICANTE DE CAMINHÕES E A SEGUNDA MAIOR DE ÔNIBUS DA AMÉRICA DO SUL, A EMPRESA TEVE INÍCIO EM 1981, quando a Volkswagen Caminhões começou a produzir, em São Bernardo do Campo (SP), os veículos VW 11.130 e VW 13.130, equipados com motor Perkins. Nos anos 90, a Volkswagen Caminhões passou por algumas transformações, como a transferência das operações para a fábrica da Ford e, posteriormente, a inauguração de uma nova fábrica de caminhões e ônibus na cidade de Resende (RJ). Em 2004, inaugurou sua primeira linha de montagem fora do país, na cidade mexicana de Puebla.

Transformada em MAN Latin America após a aquisição da Volkswagen Caminhões e Ônibus pelo Grupo MAN em 2009, a empresa é líder de vendas de caminhões no Brasil há nove anos consecutivos e seus veículos são comercializados em 30 países da América Latina, África e Oriente Médio. Em Resende, a fábrica opera sob o inovador formato de Consórcio Modular: sete empresas parceiras juntam-se à companhia para fazer a montagem de conjuntos completos de peças direto na linha de produção. Em 2011, o grupo Volkswagen assumiu o controle acionário da MAN.



Audi Brasil

INTEGRANTE DO GRUPO VOLKSWAGEN, INICIOU A IMPORTAÇÃO E A VENDA DE VEÍCULOS NO BRASIL EM 1994, e consolidou mais fortemente sua presença no país em 2005, com a criação da Audi Brasil Distribuidora de Veículos.

Em 2013, a Audi registrou um crescimento de 35% no volume de vendas, que somou 6.694 unidades. Em 2014, a meta é atingir 10 mil unidades vendidas no mercado brasileiro e, em 2020, o volume será da ordem de 30 mil carros, entre produção nacional e veículos importados.

A companhia iniciará sua produção no Brasil em 2015, com a montagem dos modelos Audi Q3 e A3 Sedan em São José dos Pinhais, Paraná. Para atingir esse objetivo, a empresa investirá aproximadamente R\$ 500 milhões até 2015. A rede de concessionárias no Brasil deve dobrar de tamanho nos próximos três anos, passando de 27 para 60 unidades após investimentos de R\$ 300 milhões em conjunto com parceiros.

Os serviços financeiros são oferecidos aos clientes por meio da Audi Finance, que desde setembro de 2000 integra o portfólio da Volkswagen Serviços Financeiros e desempenha um papel fundamental na comercialização de veículos importados da Audi no Brasil.

Ducati

A MARCA ENTROU PARA O PORTFÓLIO DA VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS EM 2013, EM UM ACORDO QUE ASSINALA A ESTREIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NO SETOR DE MOTOS PREMIUM (acima de 400 cilindradas), com a criação da marca Ducati Financial Services. A parceria teve início em agosto de 2013.

A Ducati é uma companhia italiana, fundada em 1926, que produz motocicletas esportivas de alto desempenho e tecnologia de ponta. Presente em mais de 80 países, começou a atuar no Brasil em outubro de 2012, com produção em Manaus.



DESTAQUES DE 2013

Foi um ano de recordes na área comercial, tanto em volume de veículos financiados quanto na participação obtida pelo Banco nas vendas das montadoras Volkswagen e Audi. Também houve recordes nas operações de consórcio e seguros de proteção financeira e seguro de casco. Em 2013, também foi dado início à parceria com a fabricante de motocicletas premium Ducati.

Penetration
(participação nas vendas da Volkswagen e MAN)
Meta: 34,6%
Entregue: **38,4%**.



Recorde de penetration nas vendas da Audi no Brasil, a **20,5%** ante 8,2% em 2012.

Financiamentos: **268.710 veículos e 23.673 caminhões e ônibus** (recorde).

Consórcio: **166.032 veículos** (recorde).

Seguros:

- Proteção financeira – Atingiu **30,6% dos financiamentos** realizados no ano passado, acima da meta de 26,6%
- Seguro de casco – Superou a **marca histórica**, chegando a **7,6% de penetration**.

Estreia da Ducati no portfólio em agosto de 2013, com a marca **Ducati Financial Services**.



Cadastro Positivo: Após a implementação, em agosto de 2013, a companhia vai continuar a investir nesta solução conforme o projeto avançar no país. O Cadastro Positivo é um **banco de dados que permite acompanhar o histórico de pagamentos dos clientes, beneficiando os bons pagadores.**

Consolidação do Go40: 2013 foi o primeiro ano em que o programa, que oferece taxas mais competitivas, **operou durante 12 meses, gerando excelentes retornos.**

Novos negócios:
R\$ 10,1 bilhões.

Consolidação da diversificação do funding: a segunda emissão de letras financeiras e a segunda operação de securitização, com **captação de R\$ 1,5 bilhão**, foram feitas por meio destes instrumentos em 2013.

ESTRATÉGIA CORPORATIVA

Revisão do mapa estratégico e foco no cliente para crescer

O ano de 2013 foi marcado por importantes avanços em todo o ciclo de planejamento estratégico do Banco Volkswagen. Entre eles, análises de ambiente e revisão do modelo de negócios durante a etapa de desenvolvimento da estratégia. Na sequência, foi atualizado o mapa estratégico *101% Performance*, refletindo novas prioridades corporativas e reafirmando outras no médio e longo prazos.

O plano está alinhado à estratégia global da Volkswagen Serviços Financeiros, chamada de WIR 2018, que, traduzida do alemão, significa 'Nós em 2018'. Por meio dela nos tornaremos o melhor grupo de serviços financeiros ligado ao setor automotivo, no nível mundial.

Outro marco para o modelo foi a implementação de plataformas sistêmicas de gestão e monitoramento do mapa, que contribuem para que a estratégia seja tratada como um processo contínuo nos diversos níveis da organização. Para suportar tantas novidades, a Volkswagen Serviços Financeiros iniciou um novo processo de comunicação e treinamento, a fim de aproximar ainda mais a formulação e a execução da estratégia.

Conheça a quarta edição do mapa estratégico que, desde 2006 é o principal instrumento de comunicação das prioridades da Volkswagen Serviços Financeiros no Brasil:

VISÃO: ser a melhor solução em serviços financeiros para os clientes e concessionárias do Grupo Volkswagen.

Gerar a rentabilidade esperada pelo acionista.

FINANCEIRA

Otimizar a participação de mercado de todos os produtos e nos clientes da VWSF.

- Penetration
- Margem
- Market Share

Oferecer os melhores produtos para os concessionários VW, MAN, Audi, Ducati e Clientes.

- Preço Competitivo
- Variedade e Flexibilidade de produtos

Ser excelente na prestação de serviços.

- Qualidade
- Agilidade
- Atendimento
- Acessibilidade
- Pós-venda

Aumentar a fidelidade e retenção dos clientes.

MERCADO E CLIENTES

GOVERNANÇA, RISCO E COMPLIANCE

Consolidar as melhores práticas de governança corporativa.

Consolidar a gestão de risco da empresa.

PARCERIAS

Fortalecer parceria com os concessionários, associações, VW, MAN, Audi e Ducati.

CUSTOS

Focar na gestão de custos.

Diversificar e reduzir os custos com captação de recursos.

EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Elevar o grau de maturidade da gestão de projetos.

Atingir excelência nos processos.

Buscar a excelência no nível de serviço de TI.

Desenvolver e implementar o programa Business Transformation.

PROCESSOS INTERNOS

CAPITAL HUMANO

Ser excelente na gestão de times de alta performance.

Promover a melhoria contínua do clima organizacional para o alcance dos objetivos estratégicos.

CAPITAL DO CONHECIMENTO

Suportar o processo de tomada de decisão por meio de informações e análises estruturadas.

- Business Intelligence

Consolidar a prática dos princípios e valores do FS Way.

- Compromisso com o cliente
- Responsabilidade
- Confiança
- Coragem
- Entusiasmo

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MISSÃO: fortalecer os negócios do Grupo Volkswagen por meio de serviços financeiros inovadores, competitivos e rentáveis, superando as expectativas dos clientes, concessionárias, colaboradores e acionistas.

PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS

Visão: ser a melhor solução em serviços financeiros para os clientes e concessionárias do Grupo Volkswagen.

Missão: fortalecer os negócios do Grupo Volkswagen por meio de serviços financeiros inovadores, competitivos e rentáveis, superando as expectativas dos clientes, concessionárias, colaboradores e acionistas.

Valores:

- **COMPROMISSO COM O CLIENTE:** orientação pelo cliente e enfoque nas oportunidades de mercado são fontes vitais do DNA da Volkswagen Serviços Financeiros.
- **RESPONSABILIDADE:** todos são responsáveis pelo sucesso e, acima de tudo, pelo trabalho benfeito e pelo alcance dos objetivos.
- **CONFIANÇA:** o clima de efetiva confiança é fundamental para o ambiente e os resultados de trabalho.
- **ENTUSIASMO:** faz enxergar mais longe e agir com a confiança e a certeza do sucesso.
- **CORAGEM:** impulsiona o caminho e contribui para superarmos limites.



PROPOSTA DE VALOR AO CLIENTE

Toda a estratégia corporativa está centrada na proposta de valor, que é a forma pela qual a Volkswagen Serviços Financeiros deseja ser reconhecida pelo cliente. A partir dela, foram feitas a revisão do modelo de negócios e a atualização do mapa estratégico da companhia em 2013.

- **PREÇO:** taxas competitivas.
- **TEMPO DE APROVAÇÃO:** das propostas de produtos e serviços.
- **AGILIDADE DOS PROCESSOS DE VENDAS:** velocidade e eficiência dos processos até que a proposta seja efetivada.
- **PÓS-VENDAS:** ações relacionadas à gestão da operação e de clientes.



BICC

Business Intelligence Competency Center

BUSINESS INTELLIGENCE

Diariamente inúmeras decisões são tomadas, nos diversos níveis da organização, a partir de informações. Para aprimorar competências como a capacidade analítica e visão estratégica das equipes, a área de Business Intelligence começou um projeto de migração de plataforma. Combinado a treinamentos e comunicação, agregará novos conhecimentos e mais qualidade às estruturas de geração e estruturação de informação.

FOCO EM MOBILIDADE

A Volkswagen Serviços Financeiros acredita que, quando um cliente adquire um automóvel, seu objetivo prioritário é a mobilidade que o veículo oferece, acima de qualquer outro atributo. Por isso, a empresa trabalha para oferecer opções viáveis e competitivas que vão desde a venda do veículo com financiamento ou consórcio até a cobertura de seguro e o desenvolvimento de alternativas para manutenção.

Este tipo de pacote de serviços já é uma realidade em mercados maduros, e a empresa acredita que a mesma demanda se dará no mercado brasileiro, razão pela qual está se preparando para este futuro. Para pessoas jurídicas, este conceito será atendido pela companhia por meio de um serviço completo de leasing operacional e gestão de frotas, que começará a ganhar corpo ainda em 2014.



PRINCIPAIS INDICADORES

Desde 1º de janeiro de 2009, o Grupo Volkswagen adotou integralmente os padrões contábeis internacionais (IFRS) na elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas, permitindo assim a apresentação histórica dos principais indicadores abaixo.

IFRS

	2013	2012	2011	2010	2009
Resultados – R\$ mil					
Receitas de juros e rendimentos similares	2.809.550	2.894.258	2.622.869	2.053.146	1.684.440
Receita líquida de juros	1.475.147	1.433.928	1.147.705	889.488	613.524
Resultado operacional	574.600	434.998	364.969	306.519	128.095
Lucro líquido	350.889	284.097	211.194	212.572	70.186
Balço patrimonial – R\$ mil					
Ativos totais	27.545.284	25.165.905	22.738.316	18.971.698	14.983.535
Patrimônio líquido	2.845.576	2.495.413	2.211.913	2.000.749	1.788.147

RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE

	2013	2012	2011	2010	2009
Rentabilidade sobre o patrimônio líquido	12,3%	11,4%	9,5%	10,6%	3,9%
Rentabilidade sobre ativo total	1,3%	1,1%	0,9%	1,1%	0,5%
Eficiência Bancária (despesas gerais e administrativas / resultado operacional excluída as despesas gerais e administrativas)	42,7%	47,1%	45,0%	44,5%	61,4%
Provisão para redução ao valor recuperável (% sobre a Carteira de Crédito e Arrendamento Mercantil)	4,3%	3,1%	3,0%	3,0%	3,5%
Índice de qualidade da carteira de crédito (% não sujeito à provisão para redução ao valor recuperável)	94%	95%	96%	96%	96%

De forma similar, apresentamos também os principais indicadores de acordo com as práticas contábeis locais para o Banco Volkswagen S.A.

LOCAL

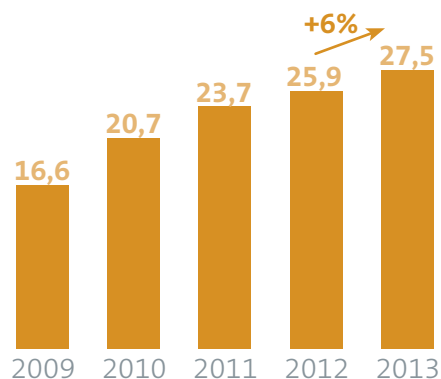
	2013	2012	2011	2010	2009
Resultados – R\$ mil					
Receitas de intermediação financeira	3.935.768	3.950.539	3.394.384	3.007.749	2.767.883
Resultado bruto da intermediação financeira	1.121.535	849.509	774.494	715.882	263.380
Resultado operacional	325.289	129.048	332.296	387.727	99.642
Lucro líquido	165.145	58.347	191.019	274.550	63.591
Balço patrimonial – R\$ mil					
Ativos totais	27.451.352	25.895.096	23.743.532	20.705.056	16.648.164
Patrimônio líquido	2.210.694	2.045.549	1.987.202	1.857.676	1.583.096

RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE

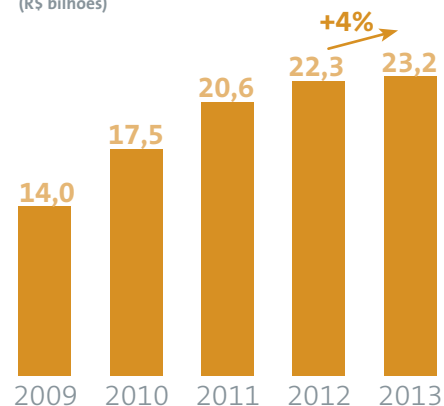
	2013	2012	2011	2010	2009
Rentabilidade sobre o patrimônio líquido	7,5%	2,9%	9,6%	14,8%	4,0%
Rentabilidade sobre ativo total	0,6%	0,2%	0,8%	1,3%	0,4%
Margem financeira líquida ajustada (R\$ mil) (*)	1.638.617	1.542.529	1.175.321	980.795	724.992
Eficiência Bancária (outras despesas administrativas / resultado operacional excluída das outras despesas administrativas)	54,0%	73,9%	43,9%	33,5%	60,6%
Provisões de crédito (% sobre a Carteira de Crédito e Arrendamento Mercantil)	3,9%	4,8%	3,9%	3,8%	4,7%
Índice de qualidade da carteira de crédito (AA-C)	94%	93%	94%	95%	94%
Índice de Basileia	12,8%	13,4%	14,1%	12,8%	13,0%

(*) Excluída provisão de crédito

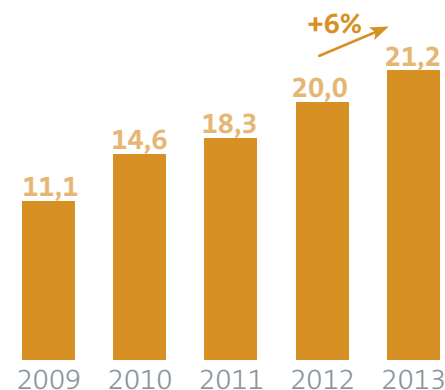
TOTAL DE ATIVOS (R\$ bilhões)



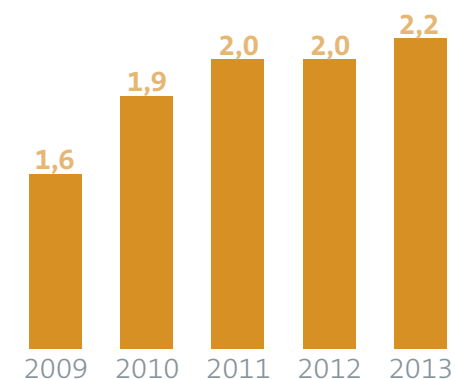
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL (R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO (R\$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ bilhões)



ESTRATÉGIA EM AÇÃO

Aprimoramento de projetos
e infraestrutura para
aumentar a competitividade

TRANSFORMAÇÃO EM CURSO

Uma das iniciativas mais importantes para atender a proposta de valor ao cliente é o programa de investimentos em tecnologia, processos e modelos operacionais, que contempla diversos projetos que estão sendo desenvolvidos para criar soluções práticas e inovadoras nas diversas áreas da empresa.

Seus principais objetivos são otimizar os processos de geração de negócios, garantir a confiabilidade de sistemas, integração e escalabilidade, aprimorar os controles e governança, além de gerir projetos focados na nova arquitetura de informação (TI).

O ano passado foi um período de continuidade dos esforços da companhia em implementar melhorias, e várias ações tomadas até o momento já começaram a dar frutos.

Conheça algumas das principais iniciativas desenvolvidas no âmbito do programa em 2013:

NOVA PLATAFORMA DE CRÉDITO

É o projeto de maior complexidade e impacto, e tem como principal objetivo reduzir o tempo de resposta das propostas de crédito para o cliente, tornando a operação mais assertiva e produtiva, além de melhorar a experiência do cliente final na contratação do crédito.

Sua conclusão está prevista para 2015, mas importantes resultados foram obtidos em 2013, como a tomada de decisão sobre novos processos e ferramentas que serão usados no processo de análise e concessão de crédito.

Ao longo do ano, modelos e processos foram definidos, assim como o desenvolvimento de novos sistemas que envolverão toda a cadeia de operações, da origem até o pagamento, impactando praticamente todas as áreas da empresa.

GESTÃO DE MUDANÇAS

A gestão da mudança avalia os possíveis impactos dos novos projetos na organização e atua preventivamente para que a mudança aconteça de forma estruturada, executando ações de mitigação por meio de várias ferramentas, como treinamentos, palestras ou conjunto de ações nas áreas afetadas.

Com isso, consegue reduzir o tempo de aceitação das mudanças, assegurando o entendimento, a aceitação e o engajamento de todos aos novos processos. A iniciativa deu resultados muito positivos em 2013, ao permitir que projetos tivessem início sem resistência, graças à melhor preparação das equipes para as transformações em curso.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS

Criado em 2012, representa uma nova forma de fazer a gestão de projetos na empresa de forma padronizada, garantindo sinergia entre as áreas e a otimização de recursos financeiros e humanos.

Este escritório permite gerenciar as variáveis que podem influenciar a viabilidade das ações por meio do monitoramento e controle de prazos e custos, informando a organização sobre seu desempenho a partir de dados coletados e analisados no Portfólio de Projetos.

Ao longo de 2013, esta área já trouxe resultados, ao permitir uma visão consolidada dos projetos da companhia e melhor compreensão dos diferentes setores da empresa sobre as relações dos projetos com os objetivos do planejamento estratégico.

ESCRITÓRIO DE PROCESSOS

O Escritório de Processos promove uma nova forma de gestão, com otimização, padronização e melhoria contínua dos processos, garantindo assertividade das iniciativas às estratégias da empresa.

Em 2013, o Escritório entrou em sua segunda fase, com a aplicação da metodologia nas novas iniciativas, engajamento das áreas de negócio e trabalho intensivo para disseminação da nova cultura de gestão por processos. Nesse ano também foram concluídas as definições do portfólio de processos e respectivos donos, promovendo uma visão integrada do negócio, ressaltando o foco no cliente e viabilizando a melhoria contínua por meio de parceria com a organização.

INTERNET BANKING

Em 2013, o Banco Volkswagen lançou um novo portal na Internet. Com visual reformulado, mais atrativo e alinhado aos padrões de identidade visual da marca, o site tem como referência a página do Banco Volkswagen na Alemanha. Ele passa a ser o principal meio para divulgar os produtos e serviços da Volkswagen Serviços Financeiros junto aos consumidores. A estrutura da página apresenta navegação ágil, dinâmica, com informações diversificadas e atualizadas.

O Banco Volkswagen foi o primeiro banco de montadora a lançar um site institucional na versão mobile, o que reforça seu compromisso de melhorar a experiência do cliente. Em janeiro de 2014, o site mobile teve 14.000 visitas, com quase 40.000 visualizações de página. As seções mais requisitadas foram de Produtos e Contato, com 3500 e 3450 visitas respectivamente.

Go40

Enquanto o programa de investimentos em tecnologia e processos é fundamental para aprimorar a infraestrutura dos negócios, no front comercial o grande destaque de 2013 foi o programa Go40, que oferece taxas mais competitivas para varejo e frotistas, graças a uma parceria com a Volkswagen do Brasil.

O Go40 faz parte de uma estratégia global do grupo, e foi adotado no Brasil em meados de 2012. Ainda em 2013, seu primeiro ano cheio em operação no mercado local, já demonstrou que é a estratégia certa para beneficiar os consumidores e elevar ainda mais a competitividade.

Com este programa, a Volkswagen Serviços Financeiros atingiu em 2013 um penetration de automóveis de 38,4%, um sinal de sua efetividade, que também contribui para gerar fidelidade do cliente à marca.



GESTÃO DE PESSOAS

Em busca da satisfação – e do crescimento pessoal e profissional – do público interno

A Volkswagen Serviços Financeiros sabe que só a opinião do mercado externo não basta. Também é preciso olhar para seu público interno. A estratégia do negócio, afinal, não pode estar dissociada da estratégia das pessoas e vice-versa. Desta forma, a empresa não poupa esforços ou recursos para cultivar um ambiente de trabalho em que exista cooperação, entusiasmo e um clima de confiança entre a liderança e as equipes.

Não por acaso, a ligação da companhia com os colaboradores – vistos como talentos que merecem investimento, atenção e respeito – é marcada por relações de longo prazo, que geram oportunidade de desenvolvimento profissional, enquanto garantem para a companhia a obtenção dos resultados pretendidos.

É com o objetivo de manter seu público interno ativo, satisfeito e com espírito de equipe que a empresa investe em treinamento e desenvolvimento, oferecendo benefícios competitivos, oportunidades de aperfeiçoamento e apoio para formação. Segundo a pesquisa interna FS Pulse realizada em 2013, 92,7% dos funcionários gostam de trabalhar na Volkswagen Serviços Financeiros do Brasil.

As oportunidades de crescimento e desenvolvimento são apontadas como os principais fatores de retenção das pessoas da empresa (54%, de acordo com pesquisa do Great Place to Work), seguidas por equilíbrio entre vida pessoal e profissional (25%).

CLIMA INTERNO

Em 2012, a Volkswagen Serviços Financeiros foi reconhecida, pela segunda vez consecutiva, como uma das Melhores Empresas Para Trabalhar no Brasil. O ranking é elaborado pelo Instituto Great Place to Work® em parceria com a revista Época. Internamente, adotou-se a participação bienal, buscando um intervalo de tempo que permita à empresa efetuar as mudanças necessárias para nova avaliação. A participação será repetida em 2014.

Com base na opinião emitida pelos funcionários nesta pesquisa e na FS Pulse, a companhia percebeu alguns pontos prioritários para a atuação da empresa:

- Comunicação
- Práticas de Gestão de Pessoas
- Colaboração e Integração entre áreas
- Planejamento, Priorização e Escolha

Assim, a Volkswagen Serviços Financeiros vem desenvolvendo iniciativas para aprimorar estes quatro aspectos, e a maioria dará frutos a partir de 2014. Entre elas, damos foco à padronização de práticas de gestão, com estímulo ao diálogo entre gestores e subordinados, e a reestruturação dos meios de comunicação interna.

Um dos destaques é o projeto Conversando, que promove reuniões periódicas entre gestores e funcionários, abre espaço para o diálogo sobre temas relacionados ao negócio e desempenho da empresa, novos projetos, atualidades e sugestões de melhoria do clima organizacional.



QUALIDADE DE VIDA

A Volkswagen Serviços Financeiros também acredita que a saúde física e mental são fundamentais para a produtividade de seus profissionais, e por isso incentiva o desenvolvimento intelectual, a prática de atividades físicas e os bons hábitos alimentares dentro de suas instalações.

- **Programa Viver Saudável Nutrição** – Academia de ginástica, orientação médica e nutricional estão sempre à disposição dos funcionários. No acompanhamento nutricional evolutivo de 2013, foram observados bons resultados para 77% dos testes para patologias (colesterol, diabetes) e 89% de casos para redução de peso.
- **Ambiente** – Em 2012 a empresa reestruturou seu escritório na matriz, propiciando um ambiente mais confortável, incluindo a acessibilidade. Em 2013, alguns escritórios regionais também foram adequados aos novos padrões.
- **Ginástica laboral** – Proporciona uma forma de orientação de postura e relaxamento para os profissionais que trabalham durante horas sentados.
- **Flexibilidade** – Com os acordos do banco de horas e horário móvel, os funcionários podem se planejar com mais facilidade e atender

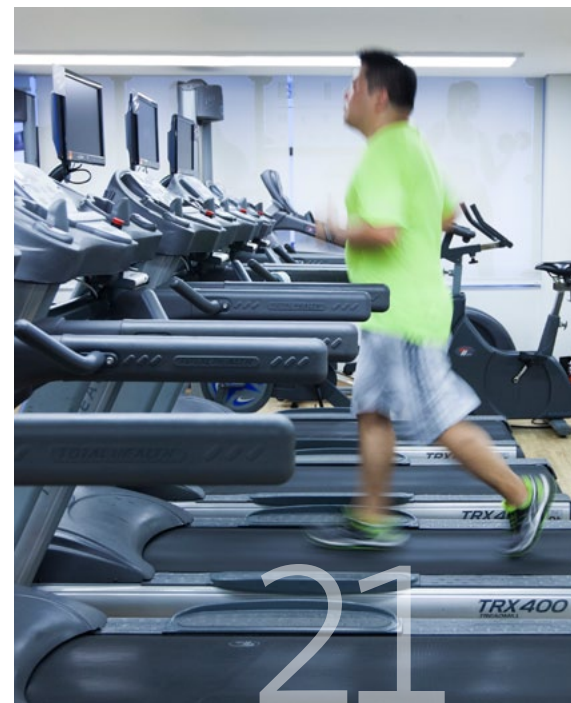
melhor às suas necessidades pessoais sem interferir nas necessidades do negócio. Para facilitar o dia a dia dos colaboradores, a empresa oferece serviços de costura, banco, lanchonete, salão de beleza e agência de viagens dentro da sede.

- **Encontros de Cultura** – Visa à promoção do desenvolvimento cultural entre os funcionários. Foram realizadas atividades que incluíram palestras com personalidades e especialistas, como apresentações artísticas e concessão de ingressos para peças teatrais. Ao todo, ocorreram em 2013 seis grandes ações dos Encontros de Cultura.
- **Concurso Fitness** – Uma das iniciativas de 2013 foi uma competição na área de saúde que contou com 100 inscritos. O programa tem duração de um ano, e o vencedor será aquele que obtiver os melhores resultados clínicos no período, avaliados por uma equipe médica. O objetivo é promover exames clínicos com caráter preventivo e estimular as atividades físicas e adoção de bons hábitos alimentares.

Além disso, é oferecido serviço de transporte fretado e serviço de estacionamento para internos e externos.



[VOLTAR PARA O SUMÁRIO](#)





CARREIRA

Na empresa, promoções verticais e transversais são muito comuns. Em 2013, 8,1% do quadro de funcionários foram promovidos, enquanto 31,2% tiveram aumentos por mérito.

Aproximadamente 60% de todas as oportunidades que surgem na empresa – entre promoções, movimentações, transferências e processos seletivos – foram ocupadas por empregados da companhia, o que demonstra o compromisso com a meritocracia e aproveitamento interno.

O sistema de gestão por competências inclui uma metodologia própria para acompanhamento do desempenho (avaliação da performance), da remuneração e da carreira. As ações de desenvolvimento dos funcionários são discutidas e definidas em parceria com o gestor em um plano de desenvolvimento individual que norteia as ações de desenvolvimento do funcionário.

Há, ainda, um programa de sucessão que mapeia cargos críticos e define seus potenciais sucessores, que são direcionados para programas de desenvolvimento específicos.

Oportunidades de crescimento Ao final de 2013, teve início o desenvolvimento da chamada “Carreira em Y”, que é a possibilidade de profissionais se desenvolverem como especialistas, e não como gestores de equipes. Desta forma, alguns profissionais poderão ascender e obter o reconhecimento e remuneração adequados, sem assumir posições de gerência ou diretoria. Esta era uma demanda interna que ganha cada vez mais espaço no mundo corporativo, e começará a ser atendida pela Volkswagen Serviços Financeiros em 2014.

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Uma crença fundamental da Volkswagen Serviços Financeiros é a de que treinar e desenvolver seus funcionários é um fator fundamental para a retenção de talentos e a sustentabilidade dos negócios em longo prazo. Por isso, a empresa oferece diferentes ferramentas para desenvolver seus funcionários.

UNIVERSIDADE CORPORATIVA FS SCHOOL

A FS School tem como principal objetivo o aprimoramento profissional dos funcionários por meio de programas de educação. Os cursos são alinhados por áreas de especialização e voltados ao desenvolvimento de expertises estratégicas para o negócio.

A FS School contou com um investimento total de R\$ 2,5 milhões em 2013 em todas as suas escolas de desenvolvimento:

- Escola de Liderança
- Escola de Negócios (foco em produto e força de vendas)
- Escola Acadêmica (investimento em graduação e pós-graduação)
- Escola Básica (formação para os novos empregados)
- Escola Core (treinamentos corporativos)
- Escola Funcional (prepara a pessoa para melhor atender à sua função)
- Escola Jovem (preparação de estagiários e aprendizes)
- Escola de Finanças (certificações e conhecimentos do mercado financeiro).

ESCOLA DE LIDERANÇA

Um dos destaques da FS School é uma linha estruturada de preparação dos gestores por meio da internalização dos valores e compreensão das estratégias da empresa. Isso proporciona aos participantes a capacidade contínua de desenvolver a organização em técnicas, otimização de recursos e maximização de oportunidades.

Com 18 participantes em 2013, a Escola de Liderança estimula forte integração entre eles, com o compartilhamento de conhecimento e de-

saftos internos. A iniciativa reverte positiva e diretamente na performance da liderança que, com o auxílio de suas equipes, gerou os excelentes indicadores da empresa em 2013.

PROGRAMA BASIC LEADERSHIP QUALIFICATION (BLQ)

Parte integrante da escola de liderança, este programa foi criado em 2013 para a preparação de novos líderes, visando à formação de analistas seniores para atuarem em uma função de liderança no futuro. De fevereiro a outubro, 14 participantes participaram de quatro módulos determinantes para o plano de desenvolvimento pessoal.

Entre os temas abordados estavam conceitos fundamentais de liderança e sua aplicabilidade, como liderar pessoas e equipes e o desenvolvimento de perfis de direção.

EVENTOS INTERNACIONAIS

A subsidiária brasileira, desde 2008, vem participando ativamente da HR Conference, a conferência anual de recursos humanos da Volkswagen Serviços Financeiros para debater assuntos relacionados à área. A última conferência ocorreu na Alemanha e abordou temas como preparação de novos líderes, RH como parceiro do negócio e princípios direcionados à liderança. No calendário de eventos da organização, também foi destaque a quinta participação do Brasil no **Works Council Meeting**, em Braunschweig, na Alemanha, que teve como principal objeto de debate a melhoria das relações de capital e trabalho. Além dos profissionais de Recursos Humanos, estiveram presentes os representantes dos funcionários das empresas de serviços financeiros da Volkswagen de todo o mundo.



COMUNICAÇÃO

Em 2013, consolidou-se o modelo de comunicação interna desenvolvido desde o ano anterior, com veículos mais abrangentes e atrativos. Todos os funcionários são informados rotineira e periodicamente com notícias sobre negócios, práticas e projetos da organização, permitindo ainda maior transparência e comunicação apropriada.

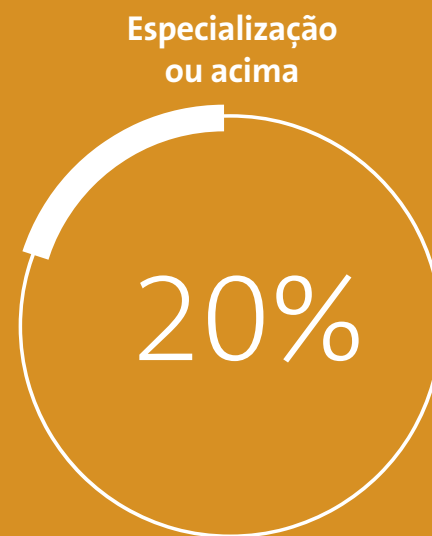
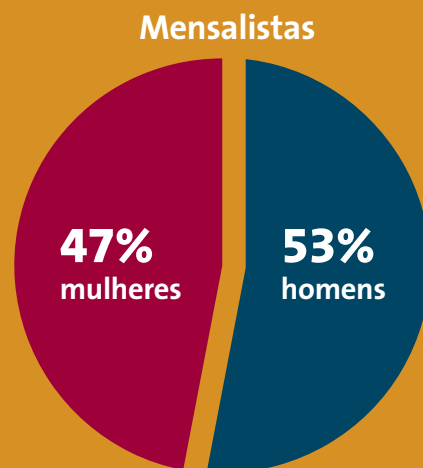
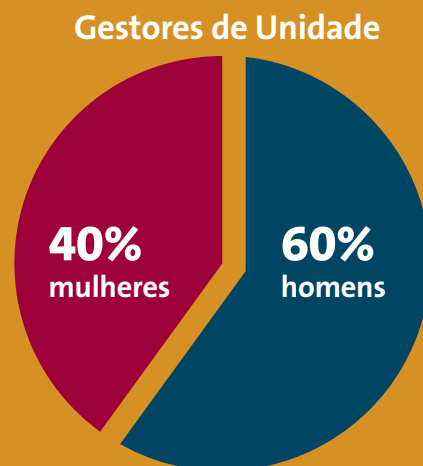
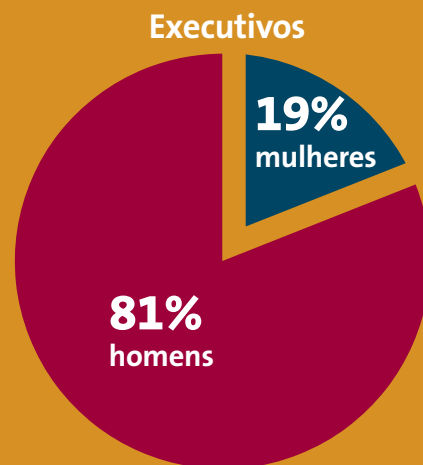
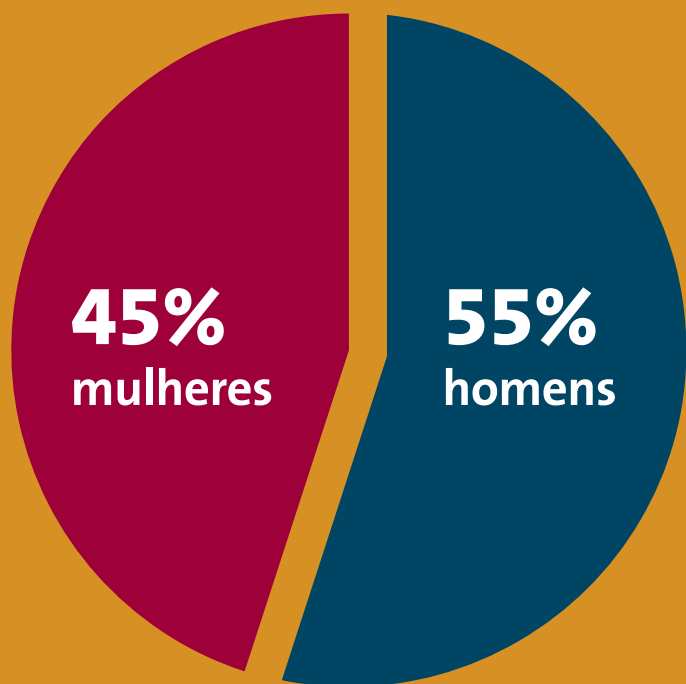
Canais de comunicação interna:

- Revista Caminhos – Publicação corporativa impressa bimestral, com 24 páginas.
- Newsletter Sua Gestão RH – Informativo online direcionado às lideranças.
- Boletim Eletrônico Acontece – Semanal, pauta as novidades e informações de RH e outras ações pontuais da semana.
- Newsletter do Transformação em Curso – Informativo eletrônico que visa transparência nos projetos da empresa.
- FS TV – TV corporativa voltada aos funcionários da Matriz.
- Jornal eletrônico: Semanal, da área de Marketing, com foco em vendas, produtos e mercado.



PERFIL DOS FUNCIONÁRIOS

A Volkswagen Serviços Financeiros chegou ao fim de 2013 com 939 funcionários, um aumento de 2,74% em relação a 2012, demonstrando uma política de equidade, diversidade e desenvolvimento de seus empregados.



Tempo médio
de Permanência
na Empresa:

8 anos

Movimentação:

101 admissões

76 demissões

Índice de *turnover*:

8,19%

MAPA GERENCIAL
DE HEADCOUNT – REGIONAIS

CA SP BR BH RE CT RJ BUE TOTAL

38 58 50 36 48 53 39 19 341





GOVERNANÇA CORPORATIVA

Rigoroso controle por comitês de gestão e adoção das melhores práticas do mercado

A Volkswagen Serviços Financeiros conta com uma área dedicada exclusivamente ao estabelecimento e controle das melhores práticas de governança corporativa do mercado, adotando rigor além do exigido pelo ambiente regulatório no Brasil.

A companhia segue o código de governança corporativa alemão Kodex, o Acordo de Basileia publicado pelo Bank for International Settlements (BIS) e recomendações de instituições como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG).

Em 2010, a empresa criou seu modelo de governança corporativa para a adoção de melhores práticas que trouxe os seguintes benefícios:

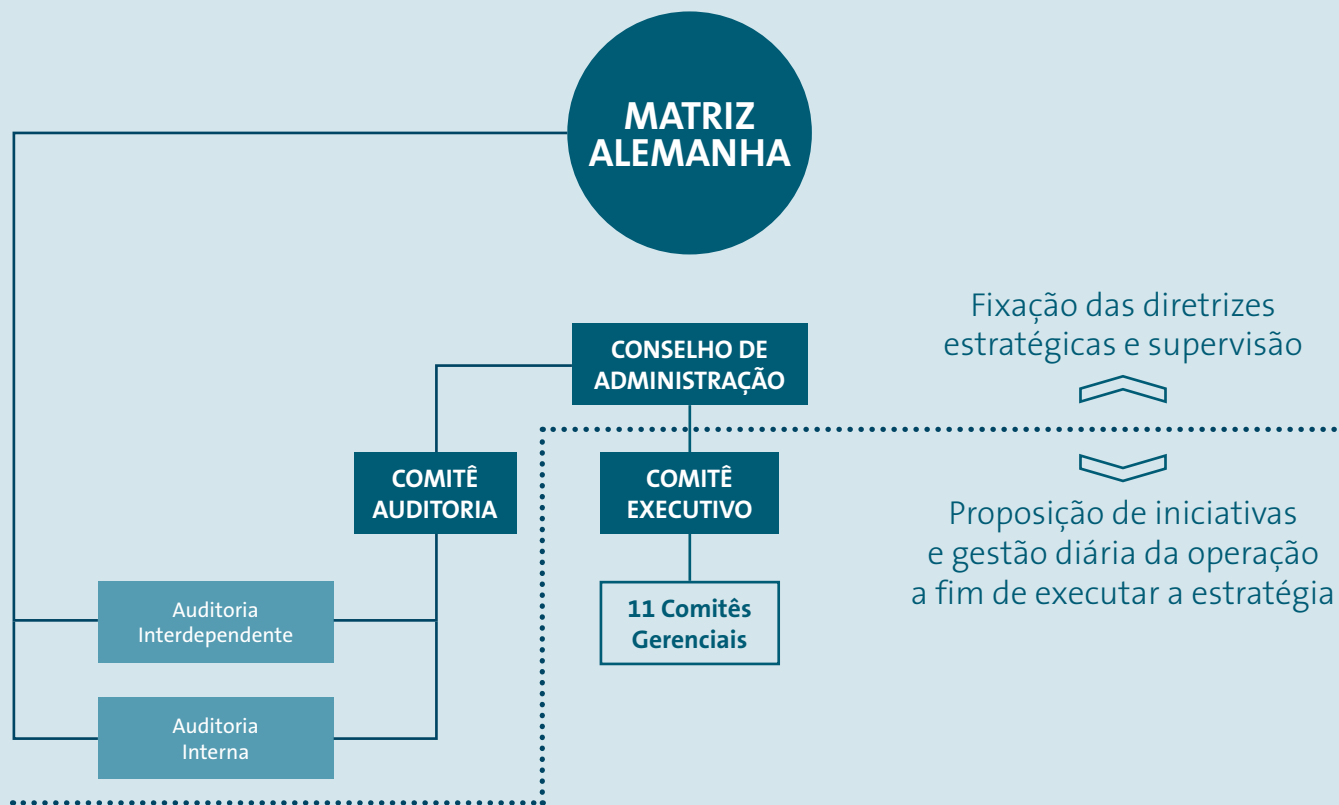
- Aprimoramento da prestação de contas e da forma de se comunicar com o mercado;
- Consolidação da confiança junto à matriz e agilidade da aprovação de projetos;
- Manutenção do equilíbrio dos interesses dos stakeholders, com redução da percepção de risco e, consequentemente, do custo de capital;
- Obtenção dos melhores indicadores de desempenho organizacional e maior competitividade e sustentabilidade.

Para atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura de risco da companhia está alinhada às orientações da Volkswagen Financial Services AG, aos requisitos do Acordo de Basileia e às exigências do Conselho Monetário Nacional.

A gestão do risco é realizada pela diretoria das áreas de finanças e administração da Volkswagen Serviços Financeiros, que é responsável pelo controle e monitoramento dos riscos de mercado, operacional e de crédito, seguindo normas corporativas e dos órgãos reguladores.

GESTÃO COLEGIADA

A Volkswagen Serviços Financeiros conta com uma estrutura de gestão colegiada composta por Conselho de Administração, Comitês Executivo e de Auditoria e 11 Comitês de Gestão.



Delibera sobre decisões estratégicas, de investimento, de financiamento e de gestão de riscos, visando proteger e valorizar o patrimônio da empresa e propiciar sistemática criação de valor de longo prazo, considerados os interesses das demais partes interessadas.

conselho de administração

Delibera sobre assuntos relacionados às estratégias e diretrizes da empresa, bem como matérias envolvendo as principais decisões de investimento e financiamento. Prioriza o portfólio de projetos estratégicos, assegura a existência dos comitês e monitora as decisões tomadas no Conselho de Administração.

comitê executivo

Monitora a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos, aderência e cumprimento das exigências legais e regulamentares, atuação e independência dos trabalhos das auditorias internas e externas e a implementação das recomendações feitas pelas auditorias.

comitê de auditoria

comitês de gestão

Produtos e Negócios Valida propostas de novos produtos, clientes e/ou serviços e respectivas mudanças, excluindo produtos de Tesouraria. Estabelece estratégia para aumentar a retenção e lealdade dos clientes.

Preço e Comercialização Aprova estratégias de competitividade para todos os produtos financeiros (exceto Tesouraria) com base nas condições de concorrência, market share, margem e informações da economia, aprovando todas as variáveis de comercialização dos produtos como: condições de taxas, prazos, comissionamentos, gerais e especiais, dentre outras. Aprova campanhas de vendas de seguros e formatação de remuneração.

Crédito e Cobrança Aprova políticas de crédito e cobrança que assegurem a qualidade do portfólio, bem como os processos operacionais que impactem diretamente no adequado cumprimento destas políticas, gerando um ambiente operacional seguro e alinhado com a estratégia estabelecida para o Risco de Crédito da instituição.

Tesouraria Analisa e decide estratégias para operações da Tesouraria, com base no cenário econômico, limites operacionais, matching da carteira, fluxo de caixa e estratégia de captação/aplicação.

Finanças Aprova políticas e estratégias financeiras, contábeis e tributárias da empresa, inclusive sobre divulgação de informações ao mercado. Define a estratégia de gestão de capital, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações. Realiza efetivo acompanhamento dos aspectos regulatórios e o resultado das auditorias interna e externa, além das fiscalizações de órgãos regulatórios.

Comitê de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos (GCCl) Avalia e propõe ações para o aprimoramento das boas práticas de Governança Corporativa, aprova estratégias relacionadas à disseminação da cultura em conformidade com as normas aplicáveis à instituição, controles internos e prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Aprova as matrizes de risco e planos de ação identificados no mapeamento dos diversos processos da instituição.

Riscos Integrados Define a estratégia e alcance de risco da instituição. Autoriza políticas e planos de iniciativas de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e valor residual assegurando a adequada gestão dos riscos. Avalia os impactos dos riscos relevantes no resultado final e atua para garantir a segurança necessária para um crescimento sustentável.

Pessoas e Desenvolvimento Organizacional

Valida e recomenda propostas de projetos, processos e ações de recursos humanos, tais como: programas de desenvolvimento, treinamento, recrutamento e seleção, cargos e salários e estrutura organizacional.

Remuneração Elabora e supervisiona a implementação e a operacionalização da política de remuneração dos administradores, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento.

Conduta Promove e estimula a adequação e manutenção das práticas, políticas e procedimentos relacionados aos princípios de conduta da empresa. Sanciona a criação e alteração do Código de Conduta e de práticas, políticas e procedimentos correlatos, como, por exemplo, as de anticorrupção e de medidas disciplinares.

Tecnologia da Informação Informa e delibera sobre questões importantes da área de Tecnologia da Informação. Apresenta questões e projetos de interesse comum da empresa e delibera sobre questões importantes relacionadas ao tema de Segurança da Informação.



Da esquerda para a direita: **RODRIGO CAPURUÇO** – Superintendente de Finanças; **PAULO PINHO** – Superintendente de Operações de Campo; **RENATA A. GIANNINI** – Superintendente de Marketing; **DÉCIO CARBONARI** – Managing Director – CEO da Volkswagen Serviços Financeiros; **LUIZ ROBERTO AMATO** – Managing Director – COO da Volkswagen Serviços Financeiros; **RAFAEL ROLLA** – Superintendente de Tecnologia da Informação; **RAFAEL TEIXEIRA** – Managing Director – CFO da Volkswagen Serviços Financeiros; **MARCO AURÉLIO CASTRO** – Superintendente de Recursos Humanos.

CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

Na Volkswagen Serviços Financeiros, o controle interno e o *compliance* são cumpridos rigorosamente pela alta administração e por todos os níveis hierárquicos.

Os processos de controles internos buscam assegurar que todos os funcionários trabalhem de forma a atingir seus objetivos com eficiência e integridade, sem custos excessivos ou inesperados nem colocando interesses individuais acima das prioridades corporativas. Além disso, todas as atividades devem ser praticadas em conformidade com leis e regulamentos nacionais e internacionais e com políticas e procedimentos internos. Durante 2013, aproximadamente 600 controles foram reavaliados pela companhia.

A administração da Volkswagen Serviços Financeiros é a principal responsável pela avaliação dos riscos, pelo desenho e pela implementação de controles internos. A atuação nesses quesitos está alinhada aos principais modelos globais de controles, como o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso), e os processos de Tecnologia da Informação são baseados

em CobIT do *International Systems Automation and Control Association* (ISACA), atendendo ao previsto na Resolução nº 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As diversas áreas participam ativamente das atividades de controles internos e, de acordo com a periodicidade registrada por meio de procedimentos internos, os testes de controle e aderência são aplicados. Os resultados são reportados ao Comitê de Governança Corporativa, *Compliance* e Controles Internos (CGCI).

Para todos os casos em que deficiências são encontradas, as ações corretivas são registradas e há monitoramento da implantação. Com a preocupação pela avaliação dos riscos e controles da instituição, foram contratados auditores independentes em 2013 para avaliar o ambiente de controles internos.

Como resultado, a empresa obteve pelo segundo ano um relatório de asseguarção da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras e, para garantir o sucesso dos esforços voltados ao aprimoramento dos controles, é feito o acompanhamento periódico das recomendações originadas deste trabalho.

A íntegra do Relatório de Asseguarção dos auditores independentes sobre Controles Internos encontra-se ao final deste Relatório.



RELACIONAMENTO COM *STAKEHOLDERS*

ACIONISTA

A Volkswagen Serviços Financeiros continua com seu processo de institucionalização, padronização, prestação de contas (reporting) e definição de metas com o acionista, atendendo às necessidades da Financial Services AG e aos órgãos reguladores na Alemanha. A empresa adota práticas internacionais de contabilidade, publicando os resultados consolidados conforme as normas International Financial Reporting Standards (IFRS), alinhando-as também às normas locais.

FUNCIONÁRIOS

O Código de Conduta é atualizado a cada dois anos e direcionado a todos os colaboradores. Além disso, para garantir a confiabilidade da marca Volkswagen, dispõe de procedimentos que abordam o tema conflito de interesses e de um canal de denúncias de fraudes e subornos.

ENTIDADES DE CLASSE

A empresa está ativamente engajada nas principais entidades de classe do setor financeiro. Participa de comitês, eventos e outras iniciativas de instituições como Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel), Associação Nacional das Entidades de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

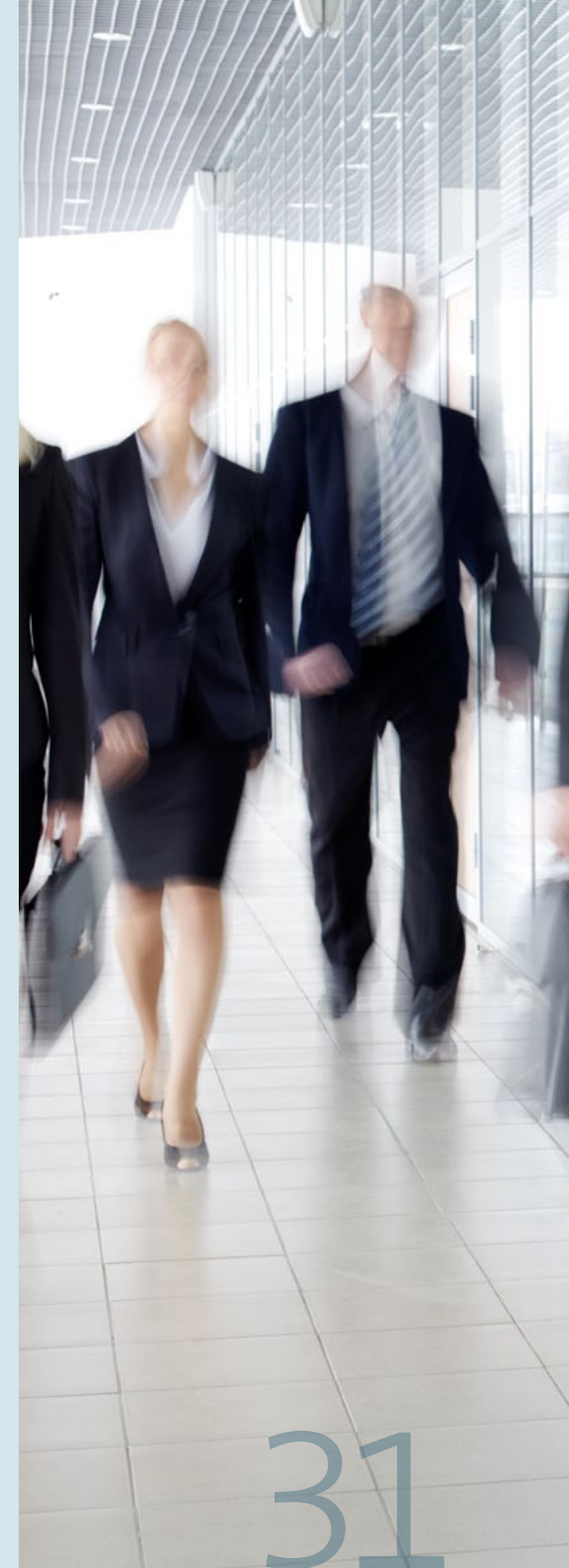
CLIENTE

O relacionamento como meio para atingir a excelência na prestação de serviços, a fidelização e a avaliação positiva do mercado são um fator valorizado pela Volkswagen Serviços Financeiros, tendo a satisfação do cliente como um dos principais direcionadores estratégicos. Por isso, são realizadas pesquisas de mercado periódicas, aplicadas por instituição independente (Ipsos/Alfacom). A Volkswagen Serviços Financeiros está entre os líderes em satisfação do cliente, com 88% de satisfação, em levantamento realizado em 2013.

PARTES RELACIONADAS

A gestão de transações com partes relacionadas é realizada de maneira transparente, garantindo a igualdade e os interesses dos seus acionistas, investidores e outras partes interessadas. As informações relativas a operações desta natureza são objeto de avaliação do Comitê Executivo.

Relacionamento com o IBGC O Banco Volkswagen é Membro Associado Mantenedor do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), título destinado a companhias identificadas pelo instituto como pertencentes ao seletor grupo de empresas que assumiram um compromisso com a boa governança.



GERENCIAMENTO E CONTROLE DE RISCOS

Ações para assegurar
a elevada qualidade da carteira
e a rentabilidade dos negócios

A Volkswagen Serviços Financeiros considera o Gerenciamento de Riscos um elemento estratégico para atingir seus objetivos, utilizando as melhores práticas dos mercados nacional e internacional, além de atender às regulamentações do Banco Central do Brasil. A companhia trabalha continuamente para a identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação de riscos, de forma a garantir uma eficiente alocação de capital e rentabilidade dos negócios.

O portfólio da Volkswagen Serviços Financeiros é caracterizado principalmente por operações de crédito diretas e indiretas (repasses por meio de agentes financeiros) e de outros instrumentos financeiros.

Para assegurar a elevada qualidade da carteira, os processos de crédito são constantemente avaliados. A tomada de decisão é orientada por modelos estatísticos que permitem avaliar a probabilidade de *default* dos proponentes – o que, entre outras informações, compõe o resultado final da decisão.

Os níveis de aprovação do varejo no ano de 2013 ficaram em torno de 57%. Este índice reflete um processo criterioso das equipes de crédito e a utilização de ferramentas de análise robustas.

Os clientes do Banco são prospectados de forma indireta, ou seja, por meio das concessionárias das marcas do grupo. A maior parte do portfólio é composta por operações com garantia de veículos novos. A carteira de veículos usados representa 5,4% no portfólio de veículos leves e 0,3% no portfólio de veículos pesados.

Os veículos usados apresentam, em sua maioria, até três anos de uso, característica associada às políticas de crédito implementadas e ao perfil de clientes das concessionárias das marcas.

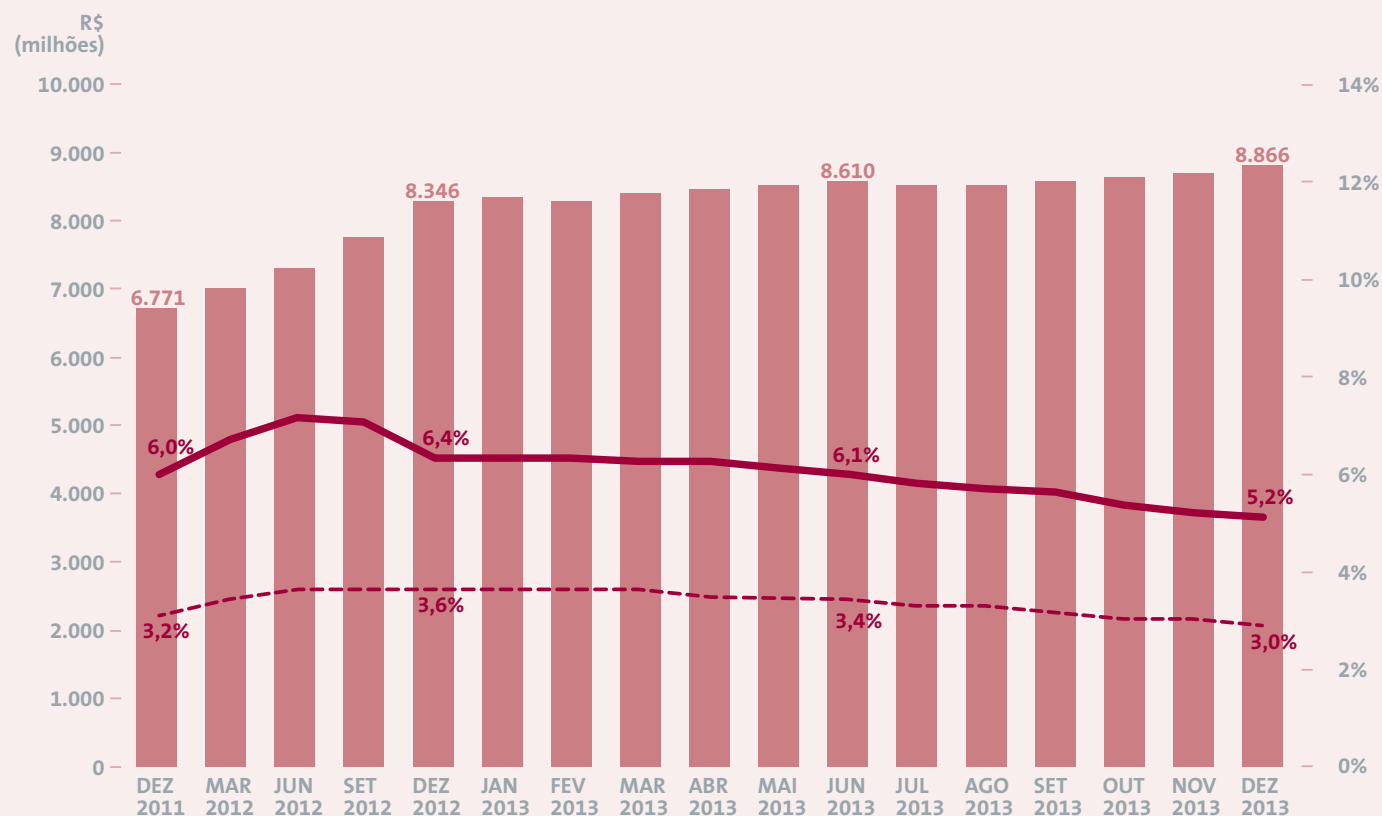
No portfólio do Banco Volkswagen, 90% dos contratos apresentam garantia real. No portfólio Varejo, cuja garantia costuma ser o próprio veículo, foi observado em 2013 um percentual de entrada médio nos contratos de 38%. O portfólio de veículos pesados tem características específicas, pois, em sua maioria (99% do portfólio), é realizado no produto Finame, e neste caso o percentual médio de entrada era de 7% em 2013. Em 2014 passaram a vigorar as novas regras do BNDES Finame, modificando a dinâmica do percentual médio de entrada.

Os processos de cobrança completam o tratamento para contratos onde são observadas dificuldades de pagamento. Estes processos buscam garantir o relacionamento com o cliente e também assegurar o retorno adequado à instituição. Os índices de perda do portfólio ficaram em torno de 3,5% em 2013, ainda reflexo do ambiente econômico anterior. Veículos retomados também têm processo específico de tratamento, visando assegurar a melhor relação de custo x retorno.

Por meio dos métodos acima, os resultados são maximizados e garantem um portfólio robusto e adequado ao apetite de risco da instituição.

O posicionamento no mercado e o apetite de risco determinado pela instituição vêm assegurando a qualidade de carteira, e as safras mais recentes apresentando menores índices de inadimplência. Ao lado, o histórico de inadimplência do portfólio comparado com o indicador de mercado:

INADIMPLÊNCIA



Collection day – 8ª Edição Uma das iniciativas de destaque da Área de Cobrança, que ajuda no controle da inadimplência, é o Collection Day, campanha especial de fim de ano que tem por objetivo elevar o valor de recuperação dos contratos inadimplentes. De 11 a 13 de novembro de 2013, seis funcionários da matriz foram aos escritórios de recuperação de crédito, concessionárias e regionais nas localidades do Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte, Goiânia e São Paulo. Durante esses dias de parceria atuando no campo, eles executaram as rotinas de cobrança e negociaram dívidas diretamente com os clientes.

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A companhia tem uma estrutura de gerenciamento e controle de Risco Operacional, Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco de Liquidez, nos termos das regulamentações do Conselho Monetário Nacional, sendo que os departamentos responsáveis pelo gerenciamento e controle de riscos têm como funções essenciais:

- Identificar os riscos inerentes às operações da empresa, incluindo as operações de financiamento de veículos;
- Definir metodologia para mensuração e sistemática de acompanhamento;
- Acompanhar as operações de forma independente;
- Avaliar o grau de exposição da companhia, assegurando que os limites estabelecidos sejam observados;
- Comunicar os resultados para a alta administração.

O Departamento de Riscos é considerado o elo entre as áreas de negócio e suporte, a alta administração e o ambiente regulatório, diminuindo a exposição aos riscos, auxiliando na identificação e gerenciamento dos focos geradores de riscos operacionais nos processos da empresa.

Este departamento participa da definição de procedimentos para o monitoramento contínuo da aderência das atividades operacionais às políticas, leis e regulamentações vigentes, bem como o gerenciamento do grau de exposição aos riscos. Com isso, minimiza e otimiza os recursos para suportar incidentes não previstos.

RISCO OPERACIONAL

É a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Em operações de financiamento de veículos, o banco está sujeito a este risco na hipótese de não recebimento dos valores a serem quitados pelos devedores, em decorrência de falhas operacionais no processo.

A Gestão de Risco Operacional objetiva minimizar a alocação de capital e mitigar os riscos operacionais, através da execução de planos de ações oriundos dos mapeamentos de processos e avaliação de riscos.

Para que a gestão de risco seja efetiva, a área apresenta relatórios de acompanhamento para monitoramento do risco em Comitês específicos, com o objetivo de definir se o risco deve ser evitado, transferido para outra situação, reduzido ou aceito, de acordo com a estratégia da companhia, para então desenhar o plano de ação.

Também é feita avaliação contínua de riscos operacionais em processos internos e prestadores de serviços terceirizados. Em 2013, foram capacitados cerca de 900 funcionários da matriz em São Paulo e regionais sobre conceitos de riscos operacionais, importância da gestão de riscos e o papel de cada funcionário no processo.

RISCO DE MERCADO

É a possibilidade de ocorrência de perdas em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Entre os eventos de risco de mercado estão os das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento, a estrutura de gerenciamento de risco de mercado da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.464/07, a área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de negócios, e é subordinada à diretoria de Middle Office (Operações). Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de mercado é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitê específico.

RISCO DE LIQUIDEZ

É a possibilidade de a Instituição não honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento, a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.090/12, a área de Gerenciamento de Risco de Liquidez atua de forma independente das áreas de negócios e é subordinada à diretoria de Middle Office (Operações). Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitê específico.



OUTROS MECANISMOS

Ferramentas, controles e análises de gestão de risco de crédito e operacionais são aprimorados constantemente para atender às demandas geradas pelo crescimento da empresa de forma segura, perene e sustentável e o alinhamento às diretrizes e normas da matriz conduziram os trabalhos de gestão de risco, com destaque para:

MODELOS DE CLASSIFICAÇÃO

Revisão periódica dos modelos de classificação dos portfólios de varejo e corporativo da instituição para garantia da classificação de risco mais precisa e adequada.

Políticas de risco para aquisição de clientes determinadas com base nos modelos garantindo o controle e adequação do apetite de risco da instituição.

Execução de constante melhoria no processo para absorver informações mais atualizadas e contextos de mercado nos modelos de classificação que direcionam as tomadas de decisão e o processo de provisionamento.

ATENDIMENTO À REGULAÇÃO

A instituição deve garantir o atendimento à regulação local e à alemã, gerando processos e controles de risco que suportem a qualidade dos negócios. Com base nelas, são revistos e auditados os processos mais relevantes.

GESTÃO DE INADIMPLÊNCIA

Além de um processo de aquisição alinhado com modelos de classificação, a instituição conta com processos de cobrança e campanhas que são monitorados e visam garantir o resultado com foco no perfil do cliente e na estrutura de garantias das operações. A área de gestão de portfólio realiza avaliação e monitoramento da qualidade da carteira, gera projeções e proporciona informações que suportam a tomada de decisão estruturada com objetivo de realizar uma gestão adequada da inadimplência e controle do risco da carteira de crédito.



BASILEIA III NOVAS REGRAS DE CAPITAL

Basileia III é o acordo de capital vigente internacionalmente para o cálculo do capital requerido a ser mantido pelas instituições financeiras. O acordo de Basileia III teve alguns avanços em relação a Basileia II, lançado em 2004, mas não altera sua essência. Seus ajustes foram feitos após a crise internacional com o objetivo de aumentar a robustez das instituições financeiras, impondo a necessidade de manterem mais capital e de melhor qualidade. No Brasil, está sendo regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Volkswagen participa das discussões sobre Basileia III desde 2011, acompanhando normativos dos reguladores, reuniões do Banco Central do Brasil e discussões de mercado, e incorporou os seus conceitos às análises internas. A instituição está preparada para Basileia III e possui o capital adequado para fazer frente às novas regras.

Para o futuro, foram estabelecidas formas de trabalhar nosso capital para que o Banco esteja enquadrado ao novo acordo, o que inclui reinvestir os resultados do banco em suas operações e continuar utilizando as dívidas subordinadas. A instituição continuará a tomar ações necessárias para manter seu nível de capital adequado às regras de Basileia III.

O índice de Basileia III em 31 de dezembro de 2013 do Banco Volkswagen é de 12,8%.



PATROCÍNIOS

Apoio e incentivo a projetos culturais e beneficentes em diversos estados

A Volkswagen Serviços Financeiros tem como premissa incentivar a cultura, o esporte e as ações sociais. Diversos projetos culturais, como exposições, peças teatrais, documentários e livros históricos foram patrocinados pela instituição nos últimos anos.

Ao longo de 2013, foram enviadas mais de 200 propostas à empresa, 30% a mais em relação ao ano anterior. Nesse período, a Volkswagen Serviços Financeiros beneficiou mais de 14 mil pessoas em iniciativas culturais, esportivas, sociais e também na área da saúde, totalizando R\$ 15.168.475,11 em verba incentivada em patrocínios, valor 47% superior a 2012.



A



B

PROJETOS SOCIAIS

O benefício das ações sociais ocorre por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD), que tem como objetivo financiar projetos que garantam os direitos da criança e do adolescente; e da Lei 12.213/10, destinada a financiar os programas e as ações relativas ao idoso com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

FUNDAÇÃO TERRA

Doação de um segundo ônibus (o primeiro foi doado em 2012) para o projeto Buscar para Escola, que visa investir na prestação do serviço de transporte de crianças e adolescentes, garantindo escolarização e proteção social.

A HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE

O Banco Volkswagen destinou recursos para o Hospital Pequeno Príncipe, complexo localizado em Curitiba (PR) que oferece diversos serviços de saúde para crianças e adolescentes. A instituição financeira passou a apoiar o programa Família Participante, cujo objetivo é manter os vínculos afetivos do paciente com os seus familiares, para deixar mais confortável o período de hospitalização e auxiliar em sua recuperação.

B GRAACC

Pelo 3º ano consecutivo, o Banco Volkswagen tem investido nos projetos do GRAACC (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer). Em 2013, os recursos foram destinados a um projeto que se propõe a prevenir e tratar a desnutrição dos pacientes e, conseqüentemente, melhorar a resposta imunológica ao tratamento oncológico.



ASILO PADRE CACIQUE

O objetivo da entidade é proteger e incluir socialmente os idosos, estimulando sua vida social e emocional, oferecendo condições dignas de convivência.

C SPAAN – SOCIEDADE PORTO ALEGRENSE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS

A instituição busca restaurar o espaço físico para acolher o maior número de idosos possível, proporcionando-lhes abrigo, proteção e qualidade de vida.

INSTITUTO PELLA BETHÂNIA

Trata-se de uma entidade filantrópica localizada em Taquari (RS), que tem por objetivo promover o bem-estar e prestar assistência às pessoas com ou sem deficiências, em especial às pessoas carentes.



PRONON

A partir de 2013 entrou em vigor a Medida Provisória 563/2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON, com a finalidade de captar e canalizar recursos para a prevenção e o combate ao câncer.

Com base nesta nova medida, a Volkswagen Serviços Financeiros investiu nos seguintes projetos:

- **Unidade Genômica – Hospital Pequeno Príncipe** As pesquisas científicas genômicas contribuem significativamente na precisão do diagnóstico, no indicativo para tratamentos personalizados e na prevenção da doença influenciando nas futuras gerações. A infraestrutura contribuirá com os projetos em desenvolvimento e possibilitará novas pesquisas clínicas e laboratoriais no Complexo Pequeno Príncipe.
- **D Hospital do Câncer de Barretos** O projeto incentivado pelo Banco Volkswagen busca a ampliação no atendimento das Unidades da Fundação Pio XII (Hospital Infantil Juvenil e Hospital do Câncer de Jales / SP) por meio da contratação de mais profissionais especializados e qualificados.

PROJETOS CULTURAIS

Em 2013, a empresa ficou entre as 30 companhias que mais investiram em cultura no país, por meio de leis de incentivo. De acordo com ranking disponível para consulta no site do Ministério da Cultura, em relação a 2012, a instituição subiu 11 posições, atingindo a 26ª colocação.

No teatro, foram contempladas as montagens dos seguintes espetáculos:

A TOCA DO COELHO

Com direção de Dan Stulbach e estrelada por Maria Fernanda Cândido e Reinaldo Gianecchini, a peça é um retrato vívido de esperança, sinceridade e superação de uma família em busca de tornar o impossível novamente possível.



B DISNEY LIVE – FESTIVAL MUSICAL DO MICKEY

O elenco, com mais de 25 estrelas da Disney, como Mickey, Minnie, Pato Donald, Woody, Buzz, entre outros, agita os palcos com sucessos para o público dançar, cantar e rir com os personagens. Além disso, a plateia é surpreendida com projeções de última geração e transportada para um mundo de acrobacias, tapetes voadores e transformações mágicas.

CORAL BACCARELLI

Com sede na comunidade paulistana Heliópolis, o Instituto Baccarelli é uma associação civil sem fins lucrativos, que atende mais de 1.300 crianças e jovens em programas socioculturais. Com o apoio do Banco Volkswagen – que patrocinou a compra dos veículos –, o instituto passou a disponibilizar dois ônibus gratuitos, que farão uma rota circular parando em pontos pré-determinados, aumentando o alcance geográfico e a abrangência social de seu atendimento em Heliópolis.





PROJETOS ESPORTIVOS

A empresa acredita na valorização do esporte para contribuir para a inclusão social e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Utilizando-se da lei nº 11.438 de incentivo ao esporte, sancionada em dezembro de 2006, o Banco Volkswagen apoiou a realização dos seguintes projetos desportivos:

CORRIDA E CAMINHADA GRAACC

Com o intuito de divulgar os sinais e sintomas do câncer Infantil e também arrecadar recursos para o tratamento de crianças e adolescentes com câncer, o GRAACC criou a Corrida e Caminhada GRAACC, um evento que estimula a qualidade de vida. Pelo segundo ano consecutivo o Banco Volkswagen investiu nesta iniciativa.

A INSTITUTO OLGA KOS

Criado em 2007, atende aproximadamente mil crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual, particularmente a Síndrome de Down, ou em risco social. O objetivo do projeto é incentivar a prática das artes marciais.

B BOLA BACANA

Realizado em Ribeirão Preto (SP), estimula o desenvolvimento escolar de crianças por meio da prática e do aprendizado esportivo e de ações culturais.

PERSPECTIVAS

Das prioridades estratégicas às parcerias, foco no crescimento

A Volkswagen Serviços Financeiros continua a buscar a excelência no atendimento a nossos clientes, seguindo as prioridades traçadas na proposta de valor. Neste sentido, dará foco especial à conclusão da Transformação em Curso e à consolidação do programa Go40.

Serão fortalecidas as parcerias com as montadoras Volkswagen, MAN, Audi e Ducati, de modo que nossa atividade de serviços financeiros ajude a aumentar a participação de mercado destas companhias e a consolidar suas marcas.

No âmbito da Transformação em Curso, será conferida maior atenção à Estratégia Multicanais, que definirá os processos e os serviços que serão entregues por internet, mobile e atendimento telefônico. Todos os ajustes serão feitos de forma integrada para melhorar a capacidade de autoatendimento do cliente.

Segue também a estratégia de diversificação de funding, com o objetivo de reduzir os custos de captação e aumentar nossa base de investidores, na esteira das operações bem-sucedidas de securitização e de mercado de capitais realizadas em 2012 e 2013. Estas iniciativas serão respaldadas nas melhores práticas de governança corporativa e de gestão de riscos.

Prioridades – Manutenção da qualidade da carteira de crédito, diversificação das fontes de captação de recursos, controle de custos, aumento da satisfação de clientes e parceiros, busca constante dos mais altos níveis de governança, foco no capital humano, novos recordes comerciais.



CONTROLE DE CUSTOS

Uma grande conquista da Volkswagen Serviços Financeiros em 2013, e que continuará a ser buscada nos próximos anos, é um controle rigoroso dos custos fixos. No ano passado, esta linha somou R\$ 352 milhões, praticamente estável ante o ano anterior.

O resultado foi possível graças a ajustes realizados em diferentes áreas da companhia e faz parte de uma nova forma de agir que permeia toda a organização.

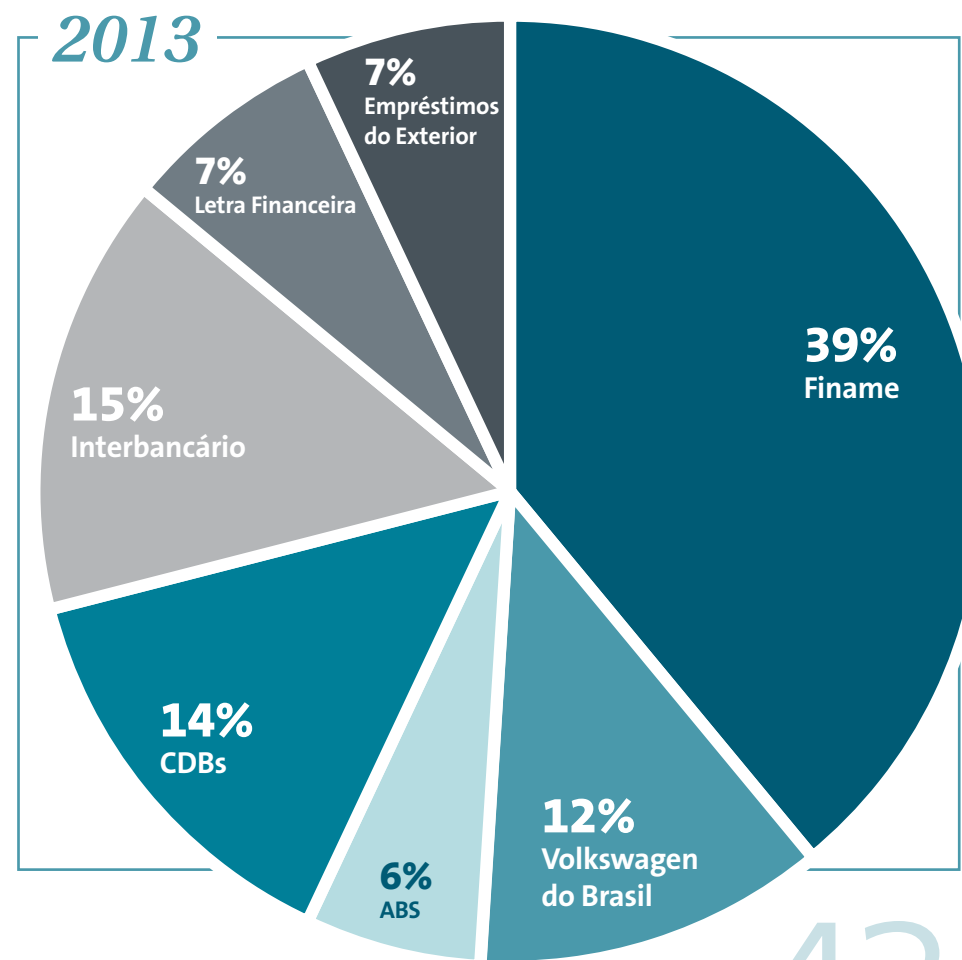
Com o mesmo objetivo de racionalizar custos, a empresa passou a adotar o Processo Global de Compras do grupo Volkswagen, que permite encontrar alternativas de fornecedores mais competitivos em diversas demandas da companhia.



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Volkswagen Serviços Financeiros continua a dar ênfase na diversificação de fontes de captação de recursos iniciada em 2012, buscando alcançar, como meta para 2018, a proporção de um terço de captações advindas de securitização, um terço proveniente de mercado de capitais e um terço originário de depósitos.

Foram realizadas em 2013 a segunda operação de securitização, que foi a maior do mercado naquele ano, e a segunda emissão de letras financeiras. Ambas tiveram forte demanda de investidores institucionais, como gestoras de recursos, fundos de pensão, seguradoras e fundos de private equity. Com isso, a companhia tem aumentado sensivelmente sua base de investidores e reduzido o custo de captação.



principais operações realizadas em 2013 para captar recursos:

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)

Foi realizada em dezembro de 2013 a segunda emissão do produto Asset Backed Securitization (ABS), ou Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC). Com uma captação de R\$ 1 bilhão, com prazo de vencimento de cinco anos, o FIDC foi desenvolvido no Brasil para responder à orientação estratégica de diversificar e balancear as formas de captação de recursos da matriz.

A demanda pelo produto ultrapassou em 2,5 vezes o valor da oferta, o total de investidores interessados superou as expectativas e sua estrutura, em alguns aspectos, foi considerada referência pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Letras Financeiras

O Banco Volkswagen promoveu em junho de 2013 a sua segunda emissão pública de letras financeiras. Foram emitidos R\$ 500 milhões em papéis com o prazo de dois anos. A demanda superou a oferta em quase duas vezes e os juros a serem pagos a investidores foi reduzido de 108% para 106,8% da taxa de Depósito Interfinanceiro (DI). A captação ocorreu conforme a Instrução 476 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No segundo semestre, novas emissões privadas de R\$ 342 milhões foram realizadas.

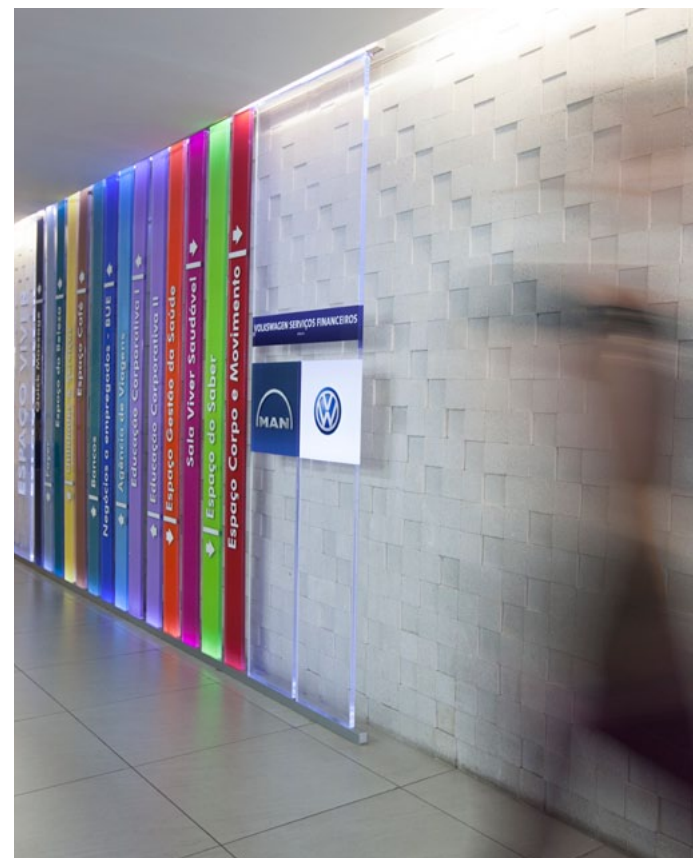
Empréstimos em moeda estrangeira (4131 e 3844)

Em 2013, a companhia efetuou captações de recursos por meio de operações de empréstimo em moeda estrangeira com o mercado, capturando oportunidades diretamente ligadas a linhas de crédito externas. Para isso, novas parcerias foram estabelecidas com contrapartes que possuem grande atuação no mercado internacional.

Este tem sido mais um produto que contribui para o aumento das fontes de captação, diversificação e redução dos custos de funding.

Captação de Recursos Externos (Medium Term Notes)

Em 2013, a Volkswagen Serviços Financeiros captou recursos externos no volume de R\$ 577 milhões em operações com a subsidiária holandesa da Volkswagen Financial Services.



Rating – 8ª Edição A Volkswagen Serviços Financeiros recebeu em 2013 a reafirmação do rating Triple A (AAA) com perspectiva estável, segundo avaliação feita pela Standard & Poors', uma das mais importantes agências internacionais classificadoras de risco de crédito. Foi o quinto ano consecutivo em que a instituição manteve o rating máximo em escala nacional.

Para a classificação foram analisadas a qualidade dos ativos, a gestão de riscos, a expertise em operações de financiamento de veículos e o suporte financeiro da matriz, fatores que agregam idoneidade, segurança e confiança.

As cotas seniores do FIDC emitido em 2013 também receberam rating Triple A (AAA.br) da Moody's, outra importante agência internacional de avaliação de risco de crédito.

CICLO DA SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

Reputação e credibilidade
da marca Volkswagen

Oferta de taxas
mais atrativas
para o cliente

Governança corporativa,
Controles Internos
e Gestão de
Risco eficaz

Redução
do custo
de funding

Rentabilidade
e solidez

Reconhecimento
Triple A –
Standard & Poors'

**BANCO VOLKSWAGEN S.A.
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM IFRS E RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

em 31 de dezembro de 2013

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

EM MILHARES DE REAIS

	NOTA EXPLICATIVA	EM 31 DE DEZEMBRO	
		2013	2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.905.494	1.294.282
Instrumentos financeiros derivativos	7	65.762	124.981
Operações de crédito e arrendamento mercantil	8	12.225.710	10.152.064
Ativos fiscais			
Imposto de renda e contribuição social – correntes		187.590	203.955
Outros ativos	9	581.090	369.764
Outros valores e bens		-	1.919
		14.965.646	12.146.965
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	7	68.661	22.762
Operações de crédito e arrendamento mercantil	8	10.747.579	11.554.367
Ativos fiscais			
Imposto de renda e contribuição social – correntes		88.260	89.171
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	16	962.811	885.810
Outros ativos	9	648.418	423.789
Outros valores e bens		7.500	7.500
Imobilizado	10	27.952	22.355
Intangível	11	28.457	13.186
		12.579.638	13.018.940
Total do ativo		27.545.284	25.165.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

EM MILHARES DE REAIS

	NOTA EXPLICATIVA	EM 31 DE DEZEMBRO	
		2013	2012
Passivo			
Circulante			
Depósitos	12	5.842.209	7.028.481
Obrigações por empréstimos e repasses	13	4.408.435	4.740.808
Recursos de letras financeiras	14	663.131	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	13.395	808
Tributos a recolher		29.763	18.325
Imposto de renda e contribuição social a recolher		412.236	312.712
Outros passivos	17	367.705	386.751
Dívida subordinada	18	-	26.278
Provisões para passivos contingentes e obrigações tributárias	19	656.359	893
		12.393.233	12.515.056
Não circulante			
Depósitos	12	1.238.614	222.858
Obrigações por empréstimos e repasses	13	7.474.565	6.220.208
Recursos de letras financeiras	14	885.856	611.400
Instrumentos financeiros derivativos	7	531	2.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	290.035	503.503
Tributos a recolher		30.207	38.378
Outros passivos	17	48.881	82.902
Dívida subordinada	18	1.839.302	1.586.533
Provisões para passivos contingentes e obrigações tributárias	19	498.484	887.119
		12.306.475	10.155.436
Total do passivo		24.699.708	22.670.492
Patrimônio líquido	20		
Capital social e reservas atribuídos aos acionistas			
Capital social de domiciliados no país		1.307.883	1.307.883
Reservas de lucros		1.471.281	1.140.857
		2.779.164	2.448.740
Participação dos acionistas não-controladores		66.412	46.673
Total do patrimônio líquido		2.845.576	2.495.413
Total do passivo e patrimônio líquido		27.545.284	25.165.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
		2013	2012
Receitas de juros e rendimentos similares	21	2.809.550	2.894.258
Despesas de juros e encargos similares	21	(1.334.403)	(1.460.330)
Receita líquida de juros		1.475.147	1.433.928
Receita de comissões na venda de seguros		73.756	60.068
Receita de prestação de serviços		210.181	100.783
Despesa com provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros	8	(404.060)	(489.683)
Despesas gerais e administrativas	22	(427.880)	(386.975)
Outras receitas operacionais	23	196.875	158.663
Outras despesas operacionais	24	(549.419)	(441.786)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		574.600	434.998
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(514.180)	(377.842)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	290.469	226.941
Lucro líquido do exercício		350.889	284.097
Atribuível a:			
Acionistas do Banco		330.424	265.248
Participação dos não-controladores		20.465	18.849
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas do Banco (expresso em Reais por ação)	25	1,06	0,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO

EM MILHARES DE REAIS

	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Lucro líquido do exercício	350.889	284.097
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensurações em obrigações de plano de pensão	(726)	(597)
Total do resultado abrangente do exercício	350.163	283.500
Atribuível a:		
Acionistas do Banco	330.424	265.248
Acionistas não controladores	19.739	18.252
	350.163	283.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

EM MILHARES DE REAIS

	ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA CONTROLADORA						PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL		
		SUBVENÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS	LEGAL	RESERVA ESPECIAL DE LUCROS				
Em 1º de janeiro de 2012	1.307.883	18.515	64.232	792.862	-	2.183.492	28.421	2.211.913
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	265.248	265.248	18.849	284.097
Remensurações em obrigações de plano de pensão	-	-	-	-	-	-	(597)	(597)
Destinação do resultado	-	-	2.917	262.331	(265.248)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	1.307.883	18.515	67.149	1.055.193	-	2.448.740	46.673	2.495.413
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	330.424	330.424	20.465	350.889
Remensurações em obrigações de plano de pensão	-	-	-	-	-	-	(726)	(726)
Destinação do resultado	-	-	8.258	322.166	(330.424)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	1.307.883	18.515	75.407	1.377.359	-	2.779.164	66.412	2.845.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

EM MILHARES DE REAIS

	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
		2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido		350.889	284.097
Ajustes ao lucro líquido:			
Despesa com provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros	8	404.060	489.683
Depreciação e amortização	22	10.988	13.461
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado / ativo intangível		15.243	8.304
Despesa com provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias	19	291.747	217.720
Despesa de juros de dívidas subordinadas		161.517	150.073
Tributos diferidos	16	(290.469)	(226.941)
Fluxos de caixa antes das variações nos ativos e passivos operacionais (i)		943.975	926.320
Redução/(aumento) líquido nos instrumentos financeiros derivativos		23.903	(126.354)
Redução/(aumento) nas operações de crédito e arrendamento mercantil		(1.670.918)	(1.825.934)
Redução/(aumento) em outros ativos e outros valores e bens		(46.804)	(28.136)
Aumento/(redução) em depósitos		(170.516)	949.098
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses		921.984	307.988
Aumento/(redução) em recursos de letras financeiras		937.587	611.400
Aumento/(redução) em tributos a recolher		(26.940)	1.863
Aumento/(redução) em outros passivos		(53.253)	32.869
Aumento/(redução) em provisões para passivos contingentes		5.477	(29.023)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(271.158)	(190.116)
Caixa líquido nas atividades operacionais		593.337	640.052
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado / ativos intangíveis		(47.099)	(25.240)
Caixa líquido das atividades de investimento		(47.099)	(25.240)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento em obrigações por dívidas subordinadas		64.974	(48.752)
Caixa líquido das atividades de financiamento		64.974	(48.752)
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		611.212	566.060
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.294.282	728.222
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	1.905.494	1.294.282
		611.212	566.060
Informações complementares sobre o fluxo de caixa			
Juros recebidos		2.650.748	2.720.159
Juros pagos		642.317	806.400

(i) Inclui os valores de juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

EM MILHARES DE REAIS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Volkswagen S.A. (o “Banco”) e suas subsidiárias (conjuntamente, o “Grupo”) está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações do Grupo são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas no Brasil que atuam junto à Volkswagen, MAN Latin America, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

O Banco é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg na Alemanha. A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pela Diretoria, em 28 de março de 2014.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) e as interpretações IFRIC, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Banco no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas do grupo, estão divulgadas na Nota 3.

b) Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2013

Os seguintes pronunciamentos entraram em vigor e são aplicáveis para o período de 31 de dezembro de 2013:

Alteração IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras”. A principal alteração é a separação dos componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Alteração IAS 19 – “Benefícios a Empregados” – Os principais impactos das alterações são (i) eliminação da abordagem do corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Alteração IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Evidenciação” – essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos. Esta alteração não gerou impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRS 10 – “Demonstrações Consolidadas” – esse pronunciamento apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. Esta alteração não gerou impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRS 11 – “Acordos em Conjunto” – esse pronunciamento prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto – que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado – ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não é mais permitido com controle em conjunto. Esta alteração não gerou impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRS 12 – “Divulgação sobre Participações em Outras Entidades”, trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. Esta alteração não gerou impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRS 13 – “Mensuração de Valor Justo” o objetivo da norma é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração a valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

c) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Alteração IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, requer a consideração da contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. O Grupo está avaliando o impacto total da alteração no IAS 19. A norma é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de julho de 2014.

Alteração IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação”, esclarece os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no balanço patrimonial. O Grupo está avaliando o impacto total da mudança no IAS 32. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

Alteração IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável dos Ativos”, introduz a necessidade de novos requerimentos de divulgação das mensurações dos valores recuperáveis dos ativos. O Grupo está avaliando o impacto total das alterações do IAS 36. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

Alteração IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, permite que o *Hedge Accounting* de derivativos transferidos para Clearing seja continuado desde que certas condições sejam atendidas. O Grupo está avaliando o impacto total da mudança no IAS 39. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”, requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Alterações IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, IFRS 12 – “Divulgação de Participações em Outras Entidades” e IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Separadas”, introduz uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. Deste modo, algumas investidas devem ser avaliadas ao valor justo pelo resultado ao invés de consolidá-las. O Grupo está avaliando o impacto total das alterações do IFRS 10 e 12 e IAS 27. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRIC 21 – “Taxas”, esclarece quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagamentos de taxas de acordo com a legislação aplicável. A obrigação deve ser reconhecida no momento em que o evento que gera a obrigação ocorre. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRIC 21. A interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

2.2 CONSOLIDAÇÃO

Subsidiária

Subsidiária é a entidade, inclusive sociedades de propósito específico – SPE, na qual o Banco tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais geralmente acompanhadas de uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. Uma SPE pode desenvolver diversos tipos de atividade e pode ter a forma de uma companhia, fundação, sociedade ou uma outra que não seja uma forma societária usual, como por exemplo um FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são considerados como despesas no momento em que forem incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Seis empresas nacionais e duas SPE foram integralmente consolidadas na data da demonstração financeira. As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

Escopo de consolidação

Além do Banco, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas abaixo:

Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda., empresa que administra os recursos provenientes das cotas dos grupos de consórcio de veículos Volkswagen, na qual o Banco tem participação de 99,99996%, sendo assim controle direto.

Volkswagen Serviços Ltda., empresa prestadora de serviços de assessoria técnica para o Banco, na qual o mesmo não tem participação direta, mas possui poder de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão gerar benefícios ao Grupo proveniente de suas atividades;

Volkswagen Corretora de Seguros Ltda., empresa de corretagem de seguros, na qual o Banco não participa diretamente, porém possui poder de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão beneficiar o Grupo com recursos provenientes de suas atividades;

As empresas Assivalo Prestação de Serviços Auxiliares do Setor de Seguros Ltda. e Multimarcas Corretora de Seguros S/C Ltda., apesar de estarem inativas, são consolidadas pelo fato do Banco possuir poder de determinar as políticas financeiras e de negócios de sua controladora (Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.).

Driver Brasil One Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos, uma SPE na qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos a sua atividade.

Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos, uma SPE na qual o Banco adquiriu quotas subordinadas durante o exercício de 2013 e retém substancialmente os riscos residuais relativos a sua atividade.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	TOTAL DO ATIVO	PASSIVO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) exercício
Banco Volkswagen S.A	27.027.828	24.587.486	2.440.342	27.027.828	285.802
Consórcio Nacional Volkswagen Administradora de Consórcio Ltda.	671.750	210.667	461.083	671.750	44.622
Volkswagen Serviços Ltda.	135.715	109.413	26.302	135.715	4.998
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.	67.203	27.562	39.641	67.203	15.386
Assivalo Prestação de Serviços Auxiliares do Setor de Seguros Ltda.	1.589	28	1.561	1.589	82
Multimarcas Corretora de Seguros S/C Ltda.	16	-	16	16	(1)
Sociedades de propósito específico – SPE	1.532.755	1.434.899	97.856	1.532.755	-
Eliminações	(1.891.572)	(1.670.347)	(221.225)	(1.891.572)	-
Consolidado	27.545.284	24.699.708	2.845.576	27.545.284	350.889

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	TOTAL DO ATIVO	PASSIVO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) exercício
Banco Volkswagen S.A	24.841.822	22.647.139	2.194.683	24.841.822	219.460
Consórcio Nacional Volkswagen Administradora de Consórcio Ltda.	609.910	193.450	416.460	609.910	45.788
Volkswagen Serviços Ltda.	179.423	157.393	22.030	179.423	6.340
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.	37.368	13.168	24.200	37.368	12.493
Assivalo Prestação de Serviços Auxiliares do Setor de Seguros Ltda.	1.500	20	1.480	1.500	19
Multimarcas Corretora de Seguros S/C Ltda.	17	1	16	17	(3)
Sociedades de propósito específico – SPE	822.629	784.685	37.944	822.629	-
Eliminações	(1.326.764)	(1.125.364)	(201.400)	(1.326.764)	-
Consolidado	25.165.905	22.670.492	2.495.413	25.165.905	284.097

2.3 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações em moeda estrangeira são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são re-mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.4 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

2.4.1 CLASSIFICAÇÃO

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis do Banco compreendem operações de crédito e arrendamento mercantil, caixa e equivalentes de caixa e demais contas a receber registradas em outros ativos (Nota 5). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não foram classificados em nenhuma das categorias anteriores e não são derivativos. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto os instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros objetos de *hedge*.

(e) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que são celebrados e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. No início da operação, os derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*). O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na qual os derivativos são utilizados para proteger exposições a risco e que sejam considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida. Nas operações atuais é utilizado o *hedge* de valor justo, nos quais os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. O Grupo também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

2.4.2 RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E DESRECONHECIMENTO

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo. Passivos financeiros são desreconhecidos quando eles forem extintos, ou seja, quando forem pagos, cancelados ou expirados.

Ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado são incluídos no resultado do período quando ocorrem. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente

em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser desconhecido ou até sofrer perda por redução ao valor recuperável. Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período como ajuste de reclassificação. Os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros são reconhecidos no resultado do exercício.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra. Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Grupo estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, sem favorecimento, fluxo de caixa descontado e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

2.5 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial somente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não houve compensação de instrumentos financeiros nos exercícios de 2013 e 2012.

2.6 PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS

(a) Empréstimos e recebíveis

De acordo com as normas do IFRS, o modelo de mensuração de provisão para operações de crédito baseia-se nos conceitos de “perda incorrida”, que requer a identificação de evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento do ativo financeiro.

O Banco avalia mensalmente a existência de evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas caso exista a evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”) e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável incluem:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do emissor (por exemplo, índice patrimonial ou porcentagem da receita líquida de vendas);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor;
- Deterioração do valor da garantia; entre outros.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pelo Banco para cada carteira de crédito semelhante identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, o Banco optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de crédito avaliadas individualmente por provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

A política operacional exige a revisão dos ativos financeiros individualmente relevantes (acima de R\$ 2.000) no mínimo uma vez por ano, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para redução ao valor recuperável sobre contas individualmente avaliadas

são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas na data do balanço patrimonial. Esta avaliação inclui as garantias (incluindo as prováveis despesas decorrentes de todo processo até a execução das garantias) e os recebimentos antecipados nesta conta individual.

Provisões para redução ao valor recuperável das operações coletivamente avaliadas são estabelecidas para: (i) carteiras de ativos homogêneos que não sejam individualmente significativos; e (ii) perdas que foram incorridas, mas ainda não identificadas, através do uso da experiência histórica e julgamento embasado na experiência de especialistas.

O Banco avalia inicialmente se existe evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável alocada individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável é ou continua a ser reconhecida, não são incluídos na avaliação coletiva.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do ativo. O valor contábil do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão (reduzidora) e o montante da perda é reconhecido no resultado.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro para o qual exista garantia reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos custos para obter e vender a garantia caso a execução da garantia seja provável ou não, conforme Nota 4.1.3.

Para fins de avaliação coletiva de provisão para redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros para os grupos de tais ativos por poder representar um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos de acordo com as suas condições contratuais.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de ativos financeiros que sejam coletivamente avaliados para fins de provisão para redução ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais de ativos no Banco e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pelo Banco para reduzir diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Quando um empréstimo ou recebível é incobrável ele é baixado contra provisão para redução ao valor recuperável. Os valores de empréstimos e recebíveis recuperados após sua baixa são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, em “outras receitas operacionais”.

Caso, num período subsequente, o montante de redução ao valor recuperável for diminuído e a diminuição puder estar relacionada objetivamente com um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável (tais como a melhoria de rating de crédito do devedor), a perda reconhecida anteriormente é revertida na conta de provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros com contrapartida na demonstração do resultado.

(b) Empréstimos renegociados

Os empréstimos sujeitos a avaliação por provisão para redução ao valor recuperável coletivamente ou que sejam individualmente significativos, e cujos termos e condições foram renegociados não são considerados mais como vencidos, mas são tratados como novos empréstimos. Embora os mesmos não sejam mais considerados como vencidos, sua provisão é calculada baseada no evento de perda identificado, neste caso a renegociação.

(c) Ativos categorizados como disponíveis para venda

O Banco avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um declínio significativo ou prolongado no valor justo de um ativo financeiro categorizado como disponível para venda abaixo do seu custo, é considerado para determinar se os ativos estão deteriorados. Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa (que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos qualquer perda por “provisão para redução ao valor recuperável” anteriormente reconhecida no resultado) é reclassificada do patrimônio líquido e reconhecida no resultado. As perdas por “provisão para redução ao valor recuperável” reconhecidas no resultado para um investimento de um título patrimonial classificado como disponível para venda não são revertidas por meio do resultado.

2.7 RECEITAS E DESPESAS DE JUROS

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidos dentro de “receitas de juros e rendimentos similares” e “despesas de juros e encargos similares” na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, e de alocar a receita ou a despesa de juros no período relevante. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os recebimentos ou pagamentos futuros sendo estimada na aquisição do instrumento financeiro considerando a expectativa de sua vigência ou que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamentos antecipados), mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e outros prêmios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da “provisão para redução ao valor recuperável”.

2.8 RECEITA DE COMISSÕES NA VENDA DE SEGUROS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Receitas de comissões na venda de seguros e prestação de serviços são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

2.9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e com baixo risco de mudança de valor.

Dentre estes investimentos estão os ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda, registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito (Nota 6). A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

2.10 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de crédito e arrendamento mercantil são demonstradas ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. As taxas de origem

de operações de crédito e arrendamento mercantil e certos custos de transação na data de aquisição são diferidos e reconhecidos como ajustes da receita financeira durante a vida das respectivas operações. A receita de juros é registrada segundo regime de competência e adicionada ao montante de principal das operações de crédito e arrendamento mercantil em cada período. As operações de crédito e arrendamento mercantil que estejam em atraso há 60 dias ou mais têm seus rendimentos reconhecidos como receita de juros quando do efetivo recebimento das prestações.

2.11 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Outros ativos são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço, e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores justos.

Outros passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.12 ATIVO IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam para o Grupo os benefícios econômicos futuros associados ao item e que seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens a seguir:

- Móveis, utensílios e equipamentos: 10 anos;
- Veículos: 5 anos;
- Sistema de processamento de dados: 5 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos recursos recebidos com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.13 ATIVOS INTANGÍVEIS

Softwares

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos para aquisição de software são reconhecidos como intangíveis quando o mesmo possa ser vendido ou utilizado. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os valores reconhecidos como ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada de 5 anos e, para os ativos intangíveis desenvolvidos internamente, de 3 anos.

2.14 PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO-FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foram registrados perdas por redução ao valor recuperável para ativos não-financeiros.

2.15 ATIVOS CONTINGENTES, PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados da seguinte forma:

I – Ativos contingentes – os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.

II – Passivos contingentes – os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

III – Obrigações legais – são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

2.16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, para instituições financeiras e equiparadas e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

As despesas de IRPJ e CSLL são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

As despesas com IRPJ e CSLL corrente são calculadas como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica “imposto de renda e contribuição social diferidos” no ativo, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas principalmente sobre superveniência de depreciação é registrada na rubrica “imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração.

2.17 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Obrigações de pensão

A Volkswagen Serviços Ltda., empresa do Grupo, é uma das patrocinadoras do plano de previdência complementar administrado por entidade constituída para essa finalidade, a Volkswagen Previdência Privada. Como patrocinadora e solidária ao plano, a empresa é responsável por prover os recursos necessários à manutenção dos planos previdenciários da Volkswagen Previdência Privada, que é patrocinada também pelas empresas Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. e MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda. (esta última de forma não solidária). O Grupo possui um plano de previdência de contribuição variável, sendo de contribuição definida durante o processo de acumulação de recursos dos participantes. No momento de solicitar o benefício previdenciário, o participante pode escolher entre uma renda mensal vitalícia (parte de benefício definido do plano) ou uma renda mensal por percentual de saldo que pode variar entre 0,5% a 1,5% do patrimônio do participante (parte de contribuição definida).

Um plano de benefício definido é um plano de pensão que define um valor para a pensão a ser paga, normalmente em virtude de um ou mais fatores como idade, tempo de serviço ou compensação. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual o Grupo paga contribuições fixas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigações legais ou implícitas de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos funcionários relativos ao serviço dos períodos corrente e anteriores.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos, cujos prazos de vencimento aproximam-se dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, o Grupo paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal classificados como “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

(b) Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A empresa reconhece os benefícios de rescisão, quando está demonstravelmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários, segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência ou com a concessão de benefícios de rescisão devido a uma oferta de demissão voluntária.

(c) Participação nos lucros

Benefícios de funcionários, na forma de participação nos lucros, é reconhecida em “Outros passivos” como “Salários, gratificações e encargos a pagar” quando o Grupo está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em até 12 meses e sejam medidas pelos valores esperados de quitação, exceto o plano de bônus da diretoria do Banco, cujo pagamento é diferido em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

2.18 DEPÓSITOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES, RECURSOS DE LETRAS FINANCEIRAS, DÍVIDA SUBORDINADA E OUTROS RECURSOS

São inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

2.19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pelas seguintes contas:

Subvenção de incentivos fiscais – refere-se a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.

Reserva Legal – objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensação de prejuízos.

Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

(c) Lucro por ação

O Banco apresenta informações de lucro por ação básico, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício.

(d) Dividendos a pagar

Dividendos sobre ações são reconhecidas no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. Por deliberação dos acionistas não foram propostos dividendos relativos aos exercícios de 2013 e 2012.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no futuro, estão contempladas a seguir:

(a) Provisão para redução ao valor recuperável em operações de crédito e arrendamento mercantil

O Banco examina sua carteira de crédito mensalmente com o objetivo de avaliar possíveis. Ao determinar se uma provisão para redução ao valor recuperável deve ser registrada na demonstração do resultado, o Banco avalia a existência ou não de dados observáveis que indiquem uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma carteira de empréstimos antes que a diminuição possa ser identificada em uma operação isolada naquela carteira. Esta evidência pode incluir dados observáveis indicando que houve uma mudança adversa na situação dos pagamentos de devedores em um determinado sub-portfolio. O Banco usa estimativas baseadas na experiência histórica de perda em ativos com características de risco de crédito similares aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros.

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos é determinado através de técnicas de avaliação. Antes de serem utilizados, todos os modelos são certificados e validados para assegurar que os resultados reflitam dados reais e preços de mercado comparativos.

(c) Obrigações de plano de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores, que são determinados com base em cálculos atuariais, em que são utilizados várias premissas. Dentre estas premissas usadas na determinação do custo ou receita líquidos para o plano de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que é utilizada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixas estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de plano de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos públicos, cujos prazos de vencimento aproximam-se dos prazos das respectivas obrigações de pensão.

(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Grupo irá gerar lucro tributável futuro para sua utilização. A realização esperada do crédito tributário pelo Grupo é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 16.

(e) Ativos e Passivos Contingentes

O Grupo revisa periodicamente suas contingências que são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que os recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 19.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento dos riscos financeiros, o Grupo possui comitês gerenciais que atuam nestes riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo permite que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, envolvendo os comitês funcionais e a alta administração.

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O Grupo está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico de atividade econômica que represente uma concentração na carteira mantida pelo Grupo podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito.

Exposições a este tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repasses por meio de agentes financeiros), e de outros instrumentos financeiros. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados pela área de Riscos.

As operações do Grupo são realizadas basicamente no mercado brasileiro, em Reais.

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual ao seu valor contábil. Para as garantias financeiras concedidas, a exposição máxima ao risco de crédito é o montante máximo que o Banco teria que pagar se as garantias fossem exigidas. Para as linhas de crédito, a exposição máxima ao risco de crédito é o montante total das linhas comprometidas.

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima para risco de crédito, antes de considerar as garantias e após provisões para redução ao valor recuperável, apresentados pelo valor líquido quando adequado.

EXPOSIÇÃO MÁXIMA AO RISCO DE CRÉDITO	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	1.905.494	1.294.282
Instrumentos financeiros derivativos	134.423	147.743
Operações de crédito e arrendamento mercantil	22.973.289	21.706.431
Outros ativos	239.173	249.838
	25.252.379	23.398.294
Outras garantias prestadas	4.703	4.346
Linhas de crédito	1.102.412	1.197.318
Total da exposição máxima ao risco de crédito	26.359.494	24.599.510

4.1.1 MENSURAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

(a) Operações de crédito e arrendamento mercantil

Ao mensurar o risco de crédito em operações de crédito e arrendamento mercantil, o Banco considera três componentes com relação à contraparte (i) a probabilidade de inadimplência por parte do cliente ou contraparte com respeito às suas obrigações contratuais; (ii) as exposições atuais com a contraparte; e (iii) o provável índice de perdas por inadimplência (obrigações não cumpridas) líquidas de recuperações.

(i) Para fins de avaliação de probabilidade de inadimplência, o Banco segmenta as operações de sua carteira de crédito entre Retail e Corporate. No segmento Retail, a probabilidade de inadimplência é avaliada segundo critérios estatísticos baseados no histórico de taxas de inadimplência. Para o segmento Corporate, o Banco avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes por meio de ferramentas que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a análise de demonstrativos financeiros pela equipe de crédito. A escala de classificação mostrada abaixo reflete as várias probabilidades de inadimplência para cada classificação. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as categorias e a avaliação da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, o Banco valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

CLASSIFICAÇÕES INTERNAS

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DO GRAU DE RISCO
1	Capacidade de pagamento muito boa
2	Capacidade de pagamento muito boa a boa
3	Capacidade de pagamento boa
4	Capacidade de pagamento boa a satisfatória
5	Capacidade de pagamento satisfatória
6	Capacidade de pagamento satisfatória a suficiente

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DO GRAU DE RISCO
7	Capacidade de pagamento suficiente a insatisfatória
8	Capacidade de pagamento insatisfatória
9	Capacidade de pagamento insatisfatória a insuficiente
10	Inadimplência I
11	Inadimplência II
12	Inadimplência III

(ii) As exposições atuais com a contraparte baseiam-se nos saldos devidos ao Banco.

(iii) O provável índice de perdas por inadimplência, líquidas de recuperações, considera todo o valor inadimplente deduzido das garantias e acrescido das prováveis despesas decorrentes de todo o processo até a execução dessas garantias.

(b) Demais operações no mercado financeiro

A política de risco de crédito para aplicações segue os parâmetros estabelecidos pela matriz Volkswagen Financial Services AG (VWFSAG), que estabelece que os recursos disponíveis em caixa somente podem ser investidos em bancos de primeira linha previamente aprovados e com limites individuais também pré definidos pela VWFS AG.

Os componentes do caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos são mantidos junto a instituições financeiras com rating AA e A.

As captações possuem uma estratégia definida onde se busca a diversificação de suas fontes como forma de garantir a liquidez do Banco, além da redução dos custos atribuídos a estas fontes.

Os instrumentos financeiros são utilizados pelo Banco de forma a otimizar o gerenciamento de seus ativos e passivos dentro dos limites estabelecidos pela matriz (*Assets Liabilities Management – ALM*).

4.1.2 CONTROLE DO LIMITE DE RISCO E POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO

O Banco administra, limita e controla concentrações de risco de crédito particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais. A administração estrutura os níveis de risco que assume a grupos de devedores, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário, e são aprovados pelas alçadas competentes.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

Uma das formas de mitigação de risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Banco implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias para operações de crédito são:

- Alienações fiduciárias;
- Penhor mercantil;
- Hipotecas;
- CDB – Certificado de Depósitos Bancários;
- Cartas de fiança.

A ferramenta interna de classificação auxilia o Banco a determinar a evidência objetiva de provisão para redução ao valor recuperável, com base nos critérios descritos na Nota 2.6 (a).

4.1.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

O saldo das operações de crédito e arrendamento mercantil está resumido abaixo. Para estas operações, o Grupo detém garantias e outras melhorias de crédito, as quais são demonstradas abaixo:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
	VALOR CONTÁBIL	HIPOTECÁRIAS	FIDUCIÁRIAS	TOTAL
Não vencidos e sem evento de perda (a)	20.792.339	628.021	17.488.591	18.116.612
Vencidos sem evento de perda (b)	1.757.700	447	1.707.693	1.708.140
Com evento de perda (c)	1.455.979	18.247	1.335.813	1.354.060
Valor bruto	24.006.018	646.715	20.532.097	21.178.812
Menos – provisão para redução ao valor recuperável	(1.032.729)			
Valor líquido	22.973.289			

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			
	VALOR CONTÁBIL	HIPOTECÁRIAS	FIDUCIÁRIAS	TOTAL
Não vencidos e sem evento de perda (a)	18.953.181	543.028	14.361.850	14.904.878
Vencidos sem evento de perda (b)	2.350.722	-	1.781.269	1.781.269
Com evento de perda (c)	1.092.714	26.038	774.047	800.084
Valor bruto	22.396.617	569.065	16.917.166	17.486.231
Menos – provisão para redução ao valor recuperável	(690.186)			
Valor líquido	21.706.431			

(a) Operações de crédito e arrendamento mercantil não vencidas e sem evento de perda

A qualidade das operações classificadas nessa categoria é avaliada por referência ao sistema interno de classificação adotado pelo Banco, definido na Nota 4.1.1(a)(i). Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 47,88% (2012 – 46,15%) estavam classificadas entre os níveis de rating 1 a 4, aproximadamente 39,35% (2012 – 42,67%) estavam classificadas nos níveis de rating 5 e 6 e 12,77% (2012 – 11,18%) estavam classificados entre os níveis de rating 7 a 9, evidenciando a adequação e consistência da política de avaliação de crédito do Banco.

(b) Operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas sem evento de perda

Demonstramos abaixo a análise por faixa de dias vencidos dos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil que não estão marcados como deteriorados na análise coletiva e que não estão sujeitos a perda por redução no valor recuperável pela análise individual.

Para efeitos desta análise, um ativo é considerado em atraso e incluído no quadro abaixo quando qualquer pagamento é recebido em atraso ou não recebido sob estritas condições contratuais. O montante incluído nesta categoria refere-se ao ativo financeiro total, ou seja, não apenas a parcela em atraso, mas o valor contratual acrescido de juros.

As operações de crédito e arrendamento mercantil para os clientes que não são individualmente significativos e que não tenham sido classificados como deteriorados estão sendo apresentados nesta categoria.

As operações de crédito e arrendamento mercantil individualmente significativos podem ser apresentados nesta categoria quando após realizada a análise individual não foi identificada necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável individual e dessa forma o mesmo é direcionado para a análise de perda coletiva.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ARRENDAMENTO MERCANTIL	TOTAL
Vencidos de 01 a 30 dias	1.345.947	12.487	1.358.434
Vencidos de 31 a 60 dias	279.279	3.557	282.836
Vencidos de 61 a 90 dias	115.626	804	116.430
	1.740.852	16.848	1.757.700

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ARRENDAMENTO MERCANTIL	TOTAL
Vencidos de 01 a 30 dias	1.785.357	59.913	1.845.270
Vencidos de 31 a 60 dias	312.382	18.915	331.297
Vencidos de 61 a 90 dias	170.555	3.600	174.155
	2.268.294	82.428	2.350.722

(c) Operações de crédito e arrendamento mercantil com evento de perda

A análise do valor bruto das operações de crédito e arrendamento mercantil deteriorado (“*impaired*”), definido por operações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram outras evidências objetivas de redução ao seu valor recuperável.

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ARRENDAMENTO MERCANTIL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ARRENDAMENTO MERCANTIL
“ <i>Impaired</i> ” – coletivo	1.096.422	11.067	716.656	34.111
“ <i>Impaired</i> ” – individual	338.255	10.235	298.029	43.918
	1.434.677	21.302	1.014.685	78.029

(d) Operações de crédito e arrendamento mercantil por ramo de atividade

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Pessoas físicas	9.349.974	8.617.397
Outros serviços	7.297.625	6.985.763
Comércio	6.032.928	5.505.883
Indústria	1.257.795	1.159.555
Rural	55.612	44.495
Habitação	11.275	11.262
Intermediário financeiro	809	1.049
	24.006.018	22.325.404

(e) Concentração das operações de crédito e arrendamento mercantil

	EM 31 DE DEZEMBRO			
	2013	%	2012	%
Dez maiores devedores	1.191.541	5,0	731.482	3,3
Cinquenta seguintes maiores devedores	1.428.206	5,9	1.261.012	5,6
Cem seguintes maiores devedores	1.299.146	5,4	1.209.058	5,4
Demais devedores	20.087.125	83,7	19.195.065	85,7
	24.006.018	100,00	22.396.617	100,00

(f) Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociados

O saldo em 31 de dezembro de 2013 das operações de crédito e arrendamento mercantil renegociados é de R\$ 121.500 (2012 – R\$ 114.156).

(g) Baixa de operações de crédito

Em 2013, como resultado da revisão da metodologia e das premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros, a estimativa do período entre o evento de perda e a baixa da operação de crédito considerada incobrável foi alterada de 12 meses para 48 meses, objetivando aprimorar os modelos de estimativas de perdas e reduzir diferença entre as estimativas de perda e a perda atual.

(h) Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse. Os ativos recebidos quando da execução das operações de crédito e arrendamento mercantil, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil das operações de crédito e arrendamento mercantil.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para redução ao valor recuperável, em contrapartida a uma despesa no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado.

Os saldos de bens retomados vinculados a operações de crédito e arrendamento mercantil estão apresentados abaixo:

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Veículos		
Valor inicial do bem	80.274	71.213
Menos – provisão para redução ao valor recuperável	(31.330)	(15.486)
Valor líquido	48.944	55.727

4.2 RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio e das taxas de juros.

As carteiras são segregadas de acordo com a natureza e características de suas operações:

(i) Carteira de negociação: é composta por operações com instrumentos financeiros, detidas com intenção de negociação, objetivando alcançar resultado positivo na negociação de tais instrumentos financeiros;

(ii) Carteira de não negociação: é composta por operações com instrumentos financeiros, detidas até o vencimento, sem intenção de negociação.

Devido à natureza e característica de suas operações, o Banco não possui operações integrantes da carteira de negociação.

4.2.1 TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO DO RISCO DE MERCADO

(a) Valor econômico do Banco (*Economic Value of Equity – EVE*)

Em janeiro de 2013, em atendimento à Circular BACEN nº 3.365/07, o Banco passou a calcular o seu valor econômico (*Economic Value of Equity – EVE*), para mensuração e controle do risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

Esta metodologia consiste em apurar o valor presente da carteira utilizando as taxas de juros de mercado e também os cenários projetados pela área de Risco de Mercado e Liquidez. Estes cenários são elaborados considerando uma amostra de cinco anos e um horizonte de tempo de dez dias. A carteira é marcada a mercado utilizando a curva de juros na data da análise e também a curva projetada pela área de Risco de Mercado e Liquidez, sendo que o resultado encontrado comparando os dois cenários será o risco da taxa de juros da carteira de não negociação.

(b) Valor em risco (*“Value at Risk” – VaR*)

O VaR mede, sob condições normais de mercado, a pior perda estimada ao longo de determinado horizonte de tempo (1 dia), e dentro de um determinado nível de confiança (99%).

O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de não negociação sujeitas as variações nas taxas de juros.

(c) Testes de estresse

O teste de estresse consiste em quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa de mercado específica ocorra. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.365/07, mensalmente a área de Risco de Mercado e Liquidez realiza os testes de estresse. Em complemento a esses cenários, trimestralmente são realizados testes de estresse considerando cenários históricos e hipotéticos, os quais são apresentados ao Comitê de Tesouraria.

(d) Análise de descasamento de ativos e passivos

Esta análise possui o macro-objetivo de avaliar preliminarmente os descasamentos entre os ativos e passivos, através do agrupamento de saldos marcados a mercado, por moeda e por carteira, com seu respectivo prazo de duração.

4.2.2 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

(a) Valor econômico do Banco (*Economic Value of Equity – EVE*)

Em decorrência da adoção desta metodologia em 2013, não foi possível apresentar os valores comparativos do exercício anterior.

	12 MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		
	MÉDIO	ALTO	BAIXO
Risco de taxa de juros	40.729	75.960	18.460
EVE total	40.729	75.960	18.460

(b) Valor em risco (*“Value at Risk” – VaR*)

	12 MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			12 MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		
	MÉDIO	ALTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	BAIXO
Risco de taxa de juros pré-fixadas e TJLP	19.419	32.675	11.113	15.000	21.895	8.913
VaR total	19.419	32.675	11.113	15.000	21.895	8.913

4.2.3 RISCO DE CÂMBIO

O Banco está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais. Como resultado dessa atividade, a exposição tem sido consideravelmente inferior a 5% do Patrimônio de Referência, o que implica em parcela de capital alocado para o risco de câmbio com valor igual a zero, conforme normativos do Banco Central do Brasil.

(a) Política de risco cambial e *hedge accounting*

A política de risco cambial e *hedge accounting* segue a política estabelecida pela matriz, que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional.

O Banco administra seu risco cambial decorrente de operações de empréstimos em moeda estrangeira através de instrumentos derivativos (*swaps*) com objetivo de eliminar o risco cambial de seus livros (*hedge accounting*).

(b) Concentrações de risco de moeda – instrumentos financeiros registrados e não registrados no balanço patrimonial

A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco de taxa de câmbio, incluindo os instrumentos financeiros derivativos ao valor justo, categorizados por moeda e expressos em Reais.

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013 EUROS	2012 EUROS
Ativo		
Instrumentos financeiros derivativos	863.492	1.375.860
Total de ativos financeiros	863.492	1.375.860
Passivo		
Empréstimo no exterior	863.492	1.375.860
Total de passivos financeiros	863.492	1.375.860
Total de ativos – derivativos	94.780	147.269
Posição financeira líquida registrada no balanço patrimonial	94.780	147.269

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013 DÓLAR	2012 DÓLAR
Ativo		
Instrumentos financeiros derivativos	830.732	253.671
Total de ativos financeiros	830.732	253.671
Passivo		
Empréstimo no exterior	830.732	253.671
Total de passivos financeiros	830.732	253.671
Total de ativos – derivativos	38.793	26
Total de passivos – derivativos	(13.077)	(2.535)
Posição financeira líquida registrada no balanço patrimonial	25.716	(2.509)

4.2.4 EXPOSIÇÃO FINANCEIRA

Fatores de risco	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Pré-fixado	20.325.629	7.869.171	16.990.300	7.423.338
Pós-fixado	3.085.192	11.194.700	2.770.134	7.718.121
TJLP	2.324.800	2.231.793	3.778.376	3.665.936
Euro	94.780	863.492	147.269	1.375.860
US\$	38.793	843.809	26	256.207
	25.869.194	23.002.965	23.686.105	20.439.462

4.3 RISCO DE LIQUIDEZ

Esse risco consiste na possibilidade do Grupo não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

4.3.1 PROCESSO DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado diariamente pela área de Risco de Mercado e Liquidez. Para o monitoramento e controle da exposição ao risco, o Banco adota as ferramentas descritas abaixo, as quais são disponibilizadas à Tesouraria para tomada de decisão.

a) Análise do fluxo de caixa

Esta análise consiste em verificar o fluxo de caixa, através de previsão de entradas e saídas de recursos por um determinado período, tendo como objetivo assegurar a solidez financeira do Banco no curto, médio e longo prazos.

b) Teste de aderência

É uma técnica que consiste em verificar se os resultados do modelo estão de acordo com os resultados apurados, com o objetivo de validar o cenário elaborado para necessidade de caixa e se suas premissas estão dentro de um padrão minimamente aceitável de variação.

c) Colchão de liquidez

Limite estabelecido na política de risco de liquidez, formado pelos recursos em caixa que podem ser usados para pagamento das obrigações do Banco, em momentos de volatilidade do mercado e, caso esses limites sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê de Tesouraria.

d) Teste de estresse

Nesta técnica é avaliada a resposta de uma carteira de ativos ou obrigações em relação a variações extremas de liquidez que influenciam essa carteira. O propósito do teste de estresse é quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa específica de mercado ocorra.

e) Plano de contingência de liquidez

Trata-se de um procedimento de gestão a ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a definição de níveis inferiores ao mínimo ou em caso de falta de recursos e agravamento de crise no mercado financeiro.

4.3.2 ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Tesouraria do Grupo tem como principal objetivo prover liquidez para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio através da diversificação de suas fontes de captação e otimização de seus custos.

4.3.3 FLUXOS DE CAIXA PARA INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a receber/pagar de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013				
	ATÉ 3 MESES	DE 3 A 12 MESES	DE 1 A 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS	TOTAL
Caixa e equivalentes de caixa	1.905.494	-	-	-	1.905.494
Instrumentos financeiros derivativos	65.878	127	23.793	-	89.798
Operações de crédito e arrendamento mercantil	5.724.021	7.784.806	12.623.601	28.205	26.160.633
Outros Ativos	41.409	17.034	180.730	-	239.173
Ativo	7.736.803	7.801.967	12.828.124	28.205	28.395.098
Depósitos	2.006.914	4.155.017	1.596.530	-	7.758.461
Obrigações por empréstimos e repasses	873.348	3.128.819	8.621.735	64.352	12.688.254
Recursos de letras financeiras	-	697.161	1.022.849	-	1.720.010
Instrumentos financeiros derivativos	-	68.041	33.970	-	102.011
Outros Passivos	283.459	1.452	16.014	138	301.063
Dívida Subordinada	-	-	897.670	2.967.520	3.865.190
Passivo	3.163.721	8.050.490	12.188.768	3.032.010	26.434.989

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012				
	ATÉ 3 MESES	DE 3 A 12 MESES	DE 1 A 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS	TOTAL
Caixa e equivalentes de caixa	1.294.282	-	-	-	1.294.282
Instrumentos financeiros derivativos	-	132.496	14.433	-	146.929
Operações de crédito e arrendamento mercantil	3.790.081	8.876.899	13.742.086	23.532	26.432.598
Outros Ativos	249.838	-	-	-	249.838
Ativo	5.334.201	9.009.395	13.756.519	23.532	28.123.647
Depósitos	2.422.600	4.838.241	627.024	-	7.887.865
Obrigações por empréstimos e repasses	968.329	3.967.068	6.871.094	21.957	11.828.448
Recursos de letras financeiras	-	-	679.848	-	679.848
Instrumentos financeiros derivativos	8.732	-	25.253	-	33.985
Outros Passivos	338.441	-	66.371	-	404.812
Dívida Subordinada	-	27.862	746.001	2.775.507	3.549.370
Passivo	3.738.102	8.833.171	9.015.591	2.797.464	24.384.328

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimo em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, operações de crédito e arrendamento mercantil. A administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

4.4 VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	
	VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO	VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.905.494	1.905.494	1.294.282	1.294.282
Instrumentos financeiros derivativos (b)	134.423	134.423	147.295	147.295
Operações de crédito e arrendamento mercantil (c)	22.973.289	22.765.802	21.706.431	21.990.927
Outros ativos (a)	239.173	239.173	249.838	249.838
Total de ativos financeiros	25.252.379	25.044.892	23.342.119	23.682.343
Captações com bancos (d)	3.431.238	3.431.238	4.319.393	4.328.876
Depósitos a prazo (d)	3.649.585	3.649.585	2.931.947	3.058.355
Recursos de Letras financeiras (g)	1.548.987	1.548.987	611.400	611.400
Obrigações por empréstimos e repasses (f)	8.804.539	8.804.539	8.600.822	8.600.822
Empréstimo no exterior (b)	1.694.224	1.694.224	1.629.531	1.629.531
Transferência de ativos financeiros sem reconhecimento (d)	1.384.237	1.384.237	730.663	730.663
Instrumentos financeiros derivativos (b)	13.926	13.926	2.895	2.895
Dívida subordinada (e)	1.839.302	1.746.079	1.612.812	1.739.220
Outros passivos (a)	301.063	301.063	404.812	404.812
Total de passivo financeiros	22.667.101	22.573.878	20.844.275	21.106.574

(a) O valor contábil aproxima-se do valor justo devido a característica de curto prazo desses instrumentos financeiros.

(b) O valor contábil de instrumentos financeiros derivativos, inclusive os utilizados para *hedge*, bem como dos itens objetos de *hedge*, corresponde ao valor justo desses instrumentos financeiros.

(c) Para operações de crédito à taxa variável, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações de crédito e arrendamento mercantil à taxa fixa, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pelo Banco para operações similares.

(d) O valor contábil das captações com bancos, depósitos a prazo e transferência de ativos financeiros sem reconhecimento, realizadas à taxa variável, aproxima-se do seu valor justo. Para as captações com bancos e depósitos a prazo à taxa fixa, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros na captação de operações similares pelo Banco.

(e) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. Em 2013 e 2012, as premissas macroeconômicas foram revisadas e a taxa média atual para operações similares de longo prazo foi revista. Desta forma, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual.

(f) As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(g) O valor contábil das captações com recursos de letras financeiras à taxa variável aproxima-se do seu valor justo.

(b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros do Grupo, ao valor justo:

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.905.494	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (b)	-	134.423	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil (c)	-	2.802.515	19.963.287
Outros ativos (a)	-	239.173	-
Total de ativos financeiros	1.905.494	3.176.111	19.963.287
Captações com bancos (d)	-	3.431.238	-
Depósitos a prazo (d)	-	3.649.586	-
Recursos de Letras financeiras (g)	-	1.548.987	-
Obrigações por empréstimos e repasses (f)	-	8.804.839	-
Empréstimo no exterior (b)	-	1.694.224	-
Transferência de ativos financeiros sem desconhecimento (d)	-	1.384.237	-
Instrumentos financeiros derivativos (b)	-	13.926	-
Dívida subordinada (e)	-	1.839.302	-
Outros passivos (a)	-	301.063	-
Total de passivo financeiros	-	22.667.402	-

(a) São classificados como nível 1 os valores prontamente transformados em caixa.

(b) Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o Banco estima o valor justo por meio de modelos de fluxo de caixa descontados, geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são *swaps* de moedas e taxas de juros. Os modelos adotados são amplamente aceitos no mercado e refletem os termos contratuais dos derivativos. Todas as informações para o modelo são prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados. Para a precificação a valor justo dos seus instrumentos financeiros derivativos e passivos mensurados ao valor justo, o Grupo utiliza-se do nível 2 na hierarquia acima, isto é, por meio de preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes, divulgados na BM&FBovespa. Devido ao fato dos derivativos serem classificados como instrumentos de *hedge* para os empréstimos obtidos no exterior, tal métrica foi utilizada também para a precificação destes.

(c) Para as operações com taxas variáveis baseados em indicadores observáveis, como por exemplo DI, os valores foram classificados como nível 2. Para as operações que se utilizaram de *inputs* não observáveis através de métricas internas utilizou-se o nível 3.

(d) São operações que foram precificadas com parâmetros observáveis no mercado.

(e) São operações cujos inputs são observáveis no mercado, como por exemplo DI, TJLP entre outros.

4.5 GESTÃO DE CAPITAL

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pelo Banco através de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O capital regulatório do Banco está dividido em dois níveis:

- (a) Patrimônio de Referência nível I: capital social, lucros acumulados e reservas criadas por apropriação de lucros acumulados; e
- (b) Patrimônio de Referência nível II: dívida subordinada qualificada nos termos de núcleo de subordinação, com resgate final no vencimento, devidamente aprovadas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com normas anteriores a Resolução CMN nº 4.192/13.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O Risco Operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Apresentamos a evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Banco:

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Capital social	1.307.883	1.307.883
Reservas bancárias em geral	902.811	737.667
Capital principal	2.210.694	2.045.550
Patrimônio de referência – nível I	2.210.694	2.045.550
Instrumentos elegíveis ao nível II	869.620	966.244
Patrimônio de referência – nível II	869.620	966.244
Patrimônio de referência – PR (1)	3.080.314	3.011.794
Risco de crédito por abordagem padronizada – RWAcpad (2)	23.357.151	21.749.371
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa – RWAopad (3)	720.610	672.613
Ativos ponderados pelo risco – RWA	24.077.761	22.421.984
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	2.648.554	2.466.418
Índice de Basileia	12,79%	13,43%
Valor correspondente a carteira de não-negociação – RBAN	75.960	13.196
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA e RBAN	2.724.514	2.479.614
Índice de Basileia – amplo (inclui RBAN)	12,75%	13,42%
Valor da margem	355.800	532.180

- (1) Resolução CMN nº 3.444/07 até setembro de 2013 e Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013;
- (2) Circular BACEN nº 3.360/07 até setembro de 2013 e Circular BACEN nº 3.644/13 a partir de outubro de 2013;
- (3) Circular BACEN nº 3.383/08 até setembro de 2013 e Circular BACEN nº 3.640/13 a partir outubro de 2013.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, o Banco implementou sua estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pelo Banco, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando seus objetivos estratégicos. As atividades funcionais do gerenciamento de capital são realizadas nas áreas da diretoria de Back Office; as decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao comitê executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Banco.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Ativos apresentados no balanço patrimonial

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	MENSURADOS AO VALOR JUSTO	TOTAL
Caixa e equivalentes de caixa	1.905.494	-	1.905.494
Instrumentos financeiros derivativos	-	134.423	134.423
Operações de crédito e arrendamento mercantil	22.973.289	-	22.973.289
Outros ativos	239.173	-	239.173
	25.117.956	134.423	25.252.379

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	MENSURADOS AO VALOR JUSTO	TOTAL
Caixa e equivalentes de caixa	1.294.282	-	1.294.282
Instrumentos financeiros derivativos	-	147.295	147.295
Operações de crédito e arrendamento mercantil	21.706.431	-	21.706.431
Outros ativos	249.838	-	249.838
	23.250.551	147.295	23.397.846

(b) Passivos apresentados no balanço patrimonial

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	MENSURADOS AO VALOR JUSTO	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL
Captações com bancos	-	3.431.238	3.431.238
Depósitos a prazo	-	3.649.585	3.649.585
Obrigações por empréstimos e repasses	-	8.804.539	8.804.539
Empréstimo no exterior (i)	1.694.224	-	1.694.224
Transferência de ativos financeiros sem desconhecimento	-	1.384.237	1.384.237
Recursos de Letras Financeiras	-	1.548.987	1.548.987
Instrumentos financeiros derivativos	13.926	-	13.926
Dívida subordinada	-	1.839.302	1.839.302
Outros passivos	-	301.063	301.063
	1.708.150	20.958.952	22.667.101

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	MENSURADOS AO VALOR JUSTO	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL
Captações com bancos	-	4.319.393	4.319.393
Depósitos a prazo	-	2.931.947	2.931.947
Obrigações por empréstimos e repasses	-	8.600.822	8.600.822
Empréstimo no exterior (i)	1.629.531	-	1.629.531
Transferência de ativos financeiros sem desconhecimento	-	730.663	730.663
Recursos de Letras Financeiras	-	611.400	611.400
Instrumentos financeiros derivativos	2.895	-	2.895
Dívida subordinada	-	1.612.812	1.612.812
Outros passivos	-	404.812	404.812
	1.632.426	19.211.849	20.844.275

(i) Mensurado ao valor justo por se tratar de item objeto de *hedge*.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Disponibilidades	176.740	28.868
Empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito:		
Aplicações no mercado aberto – operações compromissadas (i)	1.728.750	1.213.397
CDBs – Certificados de depósitos bancários (ii)	4	9
Títulos e valores mobiliários (iii)	-	52.008
	1.905.494	1.294.282

(i) As operações compromissadas que compõe as aplicações no mercado aberto possuem vencimento em até 30 dias, são garantidas por títulos do governo brasileiro e efetuadas com instituições de 1ª linha.

(ii) Representados por aplicações em certificados de depósito bancário, com rendimento indexado pelo DI e vencimento até 2015 (2012 – vencimento até 2016), porém com liquidez imediata. O valor justo e o custo amortizado para estas operações, nas datas bases, são semelhantes.

(iii) Corresponde a uma aplicação em cotas de fundo de investimento para remuneração de caixa que será repassado no curto prazo.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Grupo usa os seguintes instrumentos derivativos:

Swaps de moeda e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro e resultam em uma troca econômica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, *swaps* de moeda e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito do Banco representa o custo potencial para repor os contratos de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor nominal dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, o Banco avalia as contrapartes dos contratos conforme descrito em Nota 4.1.1 (b).

Os valores nominais de certos tipos de instrumentos financeiros fornecem uma base de comparação com instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial, embora não necessariamente indiquem os valores de fluxos de caixa futuros envolvidos ou o valor justo atual dos instrumentos e, portanto, não indicam a exposição aos riscos de crédito ou preço. Os instrumentos derivativos tornam-se favoráveis (ativos) ou desfavoráveis (passivos) em decorrência de flutuações nas taxas de juros do mercado ou nas taxas de câmbio relativas aos termos de seus contratos.

Assim, os derivativos são utilizados para adequar a composição e volatilidade das posições cambiais e de taxas de juros do passivo financeiro externo do Banco, com vistas a tornar o produto de crédito “cesta de moedas”, representativo da composição da exposição cambial externa do Banco, mais atrativo aos tomadores de recursos.

Em virtude do perfil das operações passivas do Banco, as operações de proteção financeira têm sido realizadas no mercado de balcão e registradas na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP.

TIPO	2013			
	VALOR NOMINAL	ATIVO	(PASSIVO)	RECEITA (DESPESA)
<i>Swap</i> – Pré x DI	1.378.536	702	(263)	1.224
<i>Swap</i> – DI x Pré	1.378.536	148	(586)	1.466
<i>Swap</i> de variação cambial – <i>hedge</i> de valor justo	1.529.100	133.573	(13.077)	123.029
		134.423	(13.926)	125.719

TIPO	2012			
	VALOR NOMINAL	ATIVO	(PASSIVO)	RECEITA (DESPESA)
<i>Swap</i> – Pré x DI	726.963	448	-	1.896
<i>Swap</i> – DI x Pré	726.963	-	(808)	(2.625)
<i>Swap</i> de variação cambial – <i>hedge</i> de valor justo	1.421.920	147.295	(2.535)	85.433
		147.743	(3.343)	84.704

HEDGE CONTÁBIL

Em 31 de dezembro, o portfólio de derivativos é formado por *swap* de variação cambial classificado como *hedge* de valor de mercado com valor de nocional de R\$ 1.529.100 (2012 – R\$ 1.421.920) e com vencimento até 2016, para operação pré-fixada em Euro e Dólar versus DI pós-fixado, com objetivo de proteger a exposição da captação em empréstimos no exterior.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há parcela inefetiva relevante relacionada a essas operações de *hedge*.

HEDGE DE VALOR JUSTO	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Receitas / (despesas) provenientes do risco protegido do objeto de <i>hedge</i>	(227.082)	(242.211)
Receitas / (despesas) do instrumento de <i>hedge</i> referente a parcela do risco protegido	227.053	242.575
Parcela inefetiva do <i>hedge</i> de valor justo	(28)	364
Receitas / (despesas) do instrumento de <i>hedge</i> referente ao risco assumido (pós-fixada)	(104.025)	(157.142)
Resultado com <i>hedge</i> de Valor Justo (Nota 21)	(104.053)	(156.778)

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL – POR CLASSE	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	10.880.161	10.257.128
BNDES Finame	9.669.175	8.733.666
Crédito rotativo e capital de giro	2.903.042	2.839.995
Arrendamento mercantil	281.395	490.771
Outros	272.245	75.057
Valor bruto	24.006.018	22.396.617
Menos – provisão para redução ao valor recuperável	(1.032.729)	(690.186)
Valor líquido	22.973.289	21.706.431

(a) Movimentação da conta de provisão para perdas em operações de crédito

	SALDO INICIAL 1º/01/2013	BAIXAS	CONSTITUIÇÃO (REVERSÃO)	SALDO FINAL 31/12/2013
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	372.194	(5.955)	139.416	505.655
BNDES Finame	177.680	(9.539)	225.566	393.707
Arrendamento mercantil	53.858	(37.219)	13.194	29.833
Crédito rotativo e capital de giro	84.848	(8.804)	24.484	100.528
Outros	1.606	-	1.400	3.006
	690.186	(61.517)	404.060	1.032.729

	SALDO INICIAL 1º/01/2012	BAIXAS	CONSTITUIÇÃO (REVERSÃO)	SALDO FINAL 31/12/2012
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	158.374	(254.796)	468.616	372.194
BNDES Finame	325.960	(158.949)	10.669	177.680
Arrendamento mercantil	89.595	(3.961)	(31.776)	53.858
Crédito rotativo e capital de giro	51.263	(14.573)	48.158	84.848
Outros	7.590	-	(5.984)	1.606
	632.782	(432.279)	489.683	690.186

Em decorrência da mudança mencionada em Nota 4.1.3 (g), a conta de provisão para perdas em operações de crédito apresentou movimentação de baixas inferior ao exercício anterior, para fazer face ao volume de operações de crédito que, a partir de 2013, permanecem registradas no balanço por um período maior antes de serem consideradas incobráveis e baixadas contra sua provisão.

(b) Valor presente de operações de arrendamento mercantil financeiro – arrendador

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de operações de arrendamentos mercantil financeiro de veículos está demonstrado abaixo, por faixa de vencimento:

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		
	PAGAMENTOS MÍNIMOS FUTUROS	RENDAS A APROPRIAR	VALOR PRESENTE	PAGAMENTOS MÍNIMOS FUTUROS	RENDAS A APROPRIAR	VALOR PRESENTE
Até 1 ano	201.252	(27.125)	174.127	491.472	(165.263)	326.209
De 1 a 5 anos	123.945	(16.705)	107.240	259.506	(94.945)	164.561
Acima de 5 anos	32	(4)	28	2	(1)	1
	325.229	(43.834)	281.395	750.980	(260.209)	490.771

9. OUTROS ATIVOS

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Devedores por depósitos em garantia	299.479	243.158
Devedores diversos país – principalmente valores em trânsito	521.753	249.838
Despesas antecipadas	387.914	287.732
Outros	20.362	12.825
	1.229.508	793.553

10. ATIVO IMOBILIZADO

EM 1º DE JANEIRO DE 2012	VEÍCULOS	INSTALAÇÕES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO	OUTROS	TOTAL
Custo	18.707	7.559	16.711	42.977
Depreciação acumulada	(3.288)	(4.991)	(9.305)	(17.584)
Valor contábil, líquido				
Em 1º de janeiro de 2012	15.419	2.568	7.406	25.393
Aquisições	12.641	780	1.414	14.835
Alienações	(10.424)	(749)	(1.013)	(11.811)
Baixa de depreciação	3.421	224	360	3.630
Depreciação do período	(4.048)	(466)	(5.178)	(9.692)
Movimentação líquida				
Em 31 de dezembro de 2012	1.590	(211)	(4.416)	(3.038)
Custo	20.924	7.590	17.487	46.001
Depreciação acumulada	(3.915)	(5.233)	(14.498)	(23.646)
Valor contábil, líquido				
Em 31 de dezembro de 2012	17.009	2.357	2.989	22.355
Aquisições	15.768	755	6.527	23.049
Alienações	(14.871)	(3.808)	(14.510)	(33.189)
Baixa de depreciação	4.540	3.673	13.333	21.546
Depreciação do período	(4.483)	(548)	(779)	(5.810)
Movimentação líquida				
Em 31 de dezembro de 2013	954	72	4.571	5.597
Custo	21.822	4.537	9.129	35.488
Depreciação acumulada	(3.859)	(2.108)	(1.569)	(7.536)
Valor contábil, líquido				
Em 31 de dezembro de 2013	17.963	2.429	7.560	27.952

11. ATIVO INTANGÍVEL

	SOFTWARES	CUSTOS DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES GERADOS INTERNAMENTE	TOTAL
EM 1º DE JANEIRO DE 2012			
Custo	22.860	-	22.860
Amortização acumulada	(16.187)	-	(16.187)
Valor contábil, líquido Em 1º de janeiro de 2012	6.673	-	6.673
Aquisições	6.608	3.797	10.405
Baixas	(359)	-	(359)
Baixa de amortização	236	-	236
Amortização	(3.769)	-	(3.769)
Movimentação líquida Em 31 de dezembro de 2012	2.716	3.797	6.513
Custo	29.108	3.797	32.905
Amortização acumulada	(19.719)	-	(19.719)
Valor contábil, líquido Em 31 de dezembro de 2012	9.389	3.797	13.186
Aquisições	10.367	13.683	24.050
Baixas	(12.807)	-	(12.807)
Baixa de amortização	9.206	-	9.206
Amortização	(4.548)	(630)	(5.178)
Movimentação líquida Em 31 de dezembro de 2013	11.607	16.850	28.457
Custo	26.667	17.480	44.147
Amortização acumulada	(15.060)	(630)	(15.690)
Valor contábil, líquido Em 31 de dezembro de 2013	11.607	16.850	28.457

12. DEPÓSITOS

A carteira de depósitos está custodiada na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e é composta como segue:

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Depósitos interfinanceiros	3.431.238	4.319.392
Depósitos a prazo	3.649.585	2.931.947
	7.080.823	7.251.339



13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

(a) Obrigações por repasses – FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, basicamente indexados a TJLP, com o respectivo fluxo de vencimento:

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Até 90 dias	888.648	847.946
De 91 a 365 dias	2.451.952	2.415.880
De 1 a 3 anos	4.124.276	4.186.959
Acima de 3 anos	1.339.663	1.150.037
	8.804.539	8.600.822

(b) Obrigações por empréstimo no exterior

Referem-se às captações de recursos no valor EUR 265.000 (2012 – EUR 500.000) com o grupo Volkswagen no exterior e USD 350.000 (2012 – USD 125.000), os quais equivalem, em 31 de dezembro, a R\$ 856.454 (2012 – R\$ 1.351.650) e R\$ 819.910 (2012 – R\$ 255.437), respectivamente. O montante atualizado em 31 de dezembro é de R\$ 1.694.224 (2012 – R\$ 1.629.531) a taxas de juros pré-fixadas que variam de 1,0% a 2,7% ao ano (2012 – 1,6% a 3,5% ao ano).

Estes empréstimos foram avaliados ao valor de mercado nas mesmas condições que seu instrumento derivativo para a cobertura de riscos com a variação cambial e a taxa de juros, por se tratar de item objeto de *hedge* de risco de mercado nos parâmetros estabelecidos pelo IAS 39 (Nota 7).

Em 31 de dezembro, o Banco apresentava as seguintes operações:

	2013	2012
Até 90 dias	250.073	5.176
De 91 a 360 dias	181.330	1.169.606
De 1 a 3 anos	1.262.821	454.749
	1.694.224	1.629.531

(c) Transferência de ativos financeiros sem o desreconhecimento

O Grupo efetuou cessões de crédito, oriundas de suas operações de crédito. O ativo cedido foi registrado em rubrica específica de operações de crédito por se tratar de cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios. Em 31 de dezembro, a posição de obrigações por operações de transferência de ativos financeiros foi de R\$ 1.384.237 (2012 – R\$ 730.663).

14. RECURSOS POR LETRAS FINANCEIRAS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pelo Grupo, custodiadas na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, no montante de R\$ 1.548.987 com vencimento em 2015 (2012 – R\$ 611.400 com vencimento até 2014).

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	574.600	434.998
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(229.840)	(173.998)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:	-	-
Adições e exclusões permanentes	(30.259)	(36.475)
Adições e exclusões temporárias	33.201	70.733
Incentivo fiscal	380	79
Ajuste de provisão do exercício anterior	2.937	(10.953)
Outras	(130)	(287)
Total imposto de renda e contribuição social	(223.711)	(150.901)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos são os seguintes:

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Ativo		
Provisão para redução ao valor recuperável	155.884	269.879
Provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias	395.578	321.105
Prejuízo fiscal / base negativa CSLL	38.472	28.715
Créditos baixados como prejuízo	303.075	196.130
Outros	69.802	69.981
Total de imposto de renda e contribuição social – diferidos	962.811	885.810
Passivo		
Superveniência de depreciação	192.934	431.570
Comissões diferidas	96.911	71.933
Outros	190	-
Total de imposto de renda e contribuição social – diferidos	290.035	503.503

Movimentação e composição de imposto de renda e contribuição social diferidos nos períodos apresentados é a seguinte:

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	CONSTITUIÇÃO / REVERSÃO	REALIZAÇÃO	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Ativo				
Provisão para redução ao valor recuperável	269.879	155.167	(269.162)	155.884
Provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias	321.105	89.735	(15.262)	395.578
Prejuízo fiscal / base negativa CSLL	28.715	9.757	-	38.472
Créditos baixados como prejuízo	196.130	269.162	(162.217)	303.075
Outras	69.981	4.215	(4.394)	69.802
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	885.810	528.036	(451.035)	962.811
Passivo				
Superveniência de depreciação	431.570	-	(238.636)	192.934
Comissões diferidas	71.933	24.978	-	96.911
Outras – MTM	-	190	-	190
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	503.503	25.168	(238.636)	290.035

	EM 1º DE JANEIRO DE 2012	CONSTITUIÇÃO / REVERSÃO	REALIZAÇÃO	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Ativo				
Provisão para redução ao valor recuperável	251.311	191.568	(173.000)	269.879
Provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias	273.681	68.123	(20.699)	321.105
Prejuízo fiscal / base negativa CSLL	87.368	8.459	(67.112)	28.715
Créditos baixados como prejuízo	135.271	174.761	(113.902)	196.130
Outras	65.439	24.005	(19.463)	69.981
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	813.070	466.916	(394.176)	885.810
Passivo				
Superveniência de depreciação	609.537	-	(177.967)	431.570
Comissões diferidas	48.167	23.766	-	71.933
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	657.704	23.766	(177.967)	503.503

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social.

Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil, provisões para contingências e prejuízos fiscais, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização, conforme discriminamos abaixo:

PERÍODO DE REALIZAÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Imposto de renda e contribuição social	731.493	149.361	8.398	2.493	71.066	962.811

17. OUTROS PASSIVOS

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Contratos de financiamento a pagar	144.376	184.854
Saldo não reclamados de grupos consórcio liquidados	62.347	64.841
Provisão para obrigações contratuais	6.689	51.947
Recebimentos em trânsito a processar	29.654	24.135
Salários, gratificações e encargos a pagar	47.069	42.437
Contas a pagar	126.451	101.439
	416.586	469.653

18. DÍVIDA SUBORDINADA

Foram emitidas notas de negociação sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP. Em 31 de dezembro, são compostas como segue:

VENCIMENTO	VALOR DA OPERAÇÃO		SALDO	
	2013	2012	2013	2012
CDB Subordinado:				
Até 1 ano	-	16.000	-	26.278
De 1 a 3 anos	170.000	170.000	263.651	240.437
	170.000	186.000	263.651	266.715
Letra Financeira Subordinada:				
De 1 a 3 anos	210.633	-	293.267	-
De 3 a 5 anos	108.325	265.986	143.701	335.037
De 5 a 10 anos	380.823	290.522	492.023	343.760
Acima de 10 anos	542.957	593.253	646.660	667.299
	1.242.738	1.149.761	1.575.651	1.346.096
	1.412.738	1.335.761	1.839.302	1.612.811

Parte das operações, no montante de R\$ 1.296.594, são remuneradas a taxas pré-fixadas que variam de 8,7% a 11,0% ao ano (2012 – R\$ 1.090.226, a taxas de 8,9% a 11,0% ao ano) e o restante, no montante de R\$ 542.708, a taxas pós-fixadas que variam de 112,0% a 119,0% DI (2012 – R\$ 522.585, a taxas de 112,0% a 120,0% DI).

Os instrumentos de dívidas subordinadas elegíveis ao Nível II do patrimônio de referência (Nota 4.5) devem atender a novos requisitos de acordo com a Resolução CMN nº 4.192/13. As operações do Banco ficaram limitadas a 90% do saldo aprovado pelo BACEN em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o valor utilizado como Nível II de capital é de R\$ 869.620 (2012 – R\$ 966.244).

19. PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

	TRABALHISTAS		CÍVEIS		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Em 1º Janeiro	40.923	42.674	72.946	64.993	774.143	591.648
Constituição /(reversão)	(487)	16.425	81.487	18.723	177.680	153.540
Baixa por pagamento	(10.785)	(18.176)	(14.028)	(10.770)	(103)	(77)
Atualização monetária	-	-	-	-	33.067	29.032
Em 31 de dezembro	29.651	40.923	140.405	72.946	984.787	774.143

A natureza dos passivos contingentes e das obrigações tributárias pode ser resumida como segue:

Contingências trabalhistas – tratam-se de reclamações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, pagamentos de horas extras, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e o valor discutido na ação judicial.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas às reclamações de clientes, Órgãos e Entidades diversas de Defesa do Consumidor buscando rever cláusulas contratuais sob a alegação de abusividade, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas do Grupo.

Obrigações tributárias – referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão na base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de outras receitas além daquelas alcançadas pelo conceito de faturamento e quanto à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL pago pelas instituições financeiras de 9% para 15%.

PROGRAMA DE PAGAMENTO OU PARCELAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS (LEI Nº 12.865/13)

Refis – COFINS (art.39 da Lei 12.865/13)

O Banco aderiu ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pelo art. 39 da Lei nº 12.865/13, referente aos débitos para com a Fazenda Nacional relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98, devidos por instituições financeiras, vencidos até 31 de dezembro de 2012.

Refis – CPMF (art.17 da Lei 12.865/13)

O Banco aderiu ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, reaberto pelo art. 17 da Lei nº 12.865/13, referente aos débitos para com a Fazenda Nacional relativos à Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) originados na empresa incorporada Volkswagen Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil.

O efeito líquido dos programas no resultado, no montante de R\$ 254.252, será registrado após homologação proferida pelo juízo competente, da desistência parcial expressa e irrevogável apresentada nos autos das ações judiciais que tiveram como objeto os débitos anistiados.

Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

O Grupo tem ações de naturezas tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Tributárias		
IRPJ (i)	59.130	57.856
CPMF (ii)	45.356	43.767
INSS (iii)	20.919	20.160
IRPJ/CSLL (iv)	148.363	87.317
Outros	7.402	1.946
	281.170	211.046
Cíveis		
Ação revisional	39.665	28.739
	39.665	28.739
Trabalhistas		
Reclamações trabalhistas	9.390	21.252
	9.390	21.252

- (i) Cobrança de IRPJ dos períodos base de 1991 e 1992, cuja discussão decorre dos efeitos da Lei nº 8.200/91.
- (ii) Discussão acerca da aplicação da alíquota zero da CPMF incidente sobre captação de recursos para operações de arrendamento mercantil.
- (iii) Discussão acerca da definição do responsável tributário pelo recolhimento do INSS incidente sobre o pagamento de bonificações em razão da intermediação de contratos de financiamento.
- (iv) Discussão de IRPJ/CSSL referente, principalmente, a amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2010, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

De acordo com a característica desses casos não há previsão para desembolso de caixa.

Ativos contingentes não registrados contabilmente

O Grupo possui ativos contingentes não registrados contabilmente relacionados a discussões tributárias, cujo montante atualizado é de R\$ 86.392 (2012–R\$ 78.323).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito do Banco em 2013 está representado por 312.956.418 (2012 – 312.956.418) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Por deliberação dos acionistas não foram propostos dividendos relativos ao exercício de 2013 e 2012.

21. RECEITA E DESPESA DE JUROS

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Receita de juros e rendimentos similares		
Operações de crédito e arrendamento mercantil	2.695.839	2.815.315
Aplicações no mercado aberto	95.527	74.287
Aplicações em certificados de depósitos bancários	15.494	5
Outros instrumentos financeiros derivativos	2.690	-
Outras	-	4.651
	2.809.550	2.894.258
Despesa de juros e encargos similares		
Captação no mercado	(297.746)	(408.804)
Empréstimos e repasses	(320.046)	(478.349)
Depósitos a prazo	(267.909)	(196.259)
Recursos de letras financeiras	(206.913)	(22.882)
Passivos mensurados a valor justo e derivativos utilizados para <i>hedge</i>	(104.053)	(156.778)
Outros instrumentos financeiros derivativos	-	(729)
Operações de venda de ativos financeiros	(82.312)	(43.335)
Dívida subordinada	(50.053)	(149.421)
Outras	(5.371)	(3.773)
	(1.334.403)	(1.460.330)

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Salários e encargos sociais	121.323	113.631
Despesas com serviços técnicos especializados	94.648	82.749
Despesas com registro de contratos	47.505	40.225
Participação dos empregados no lucro e bonificações	39.464	32.197
Despesas com propaganda e publicidade	25.035	16.667
Despesas com telecomunicações	16.959	15.978
Benefícios a empregados	18.915	18.996
Depreciação e amortização	10.988	13.461
Despesas com arrendamento mercantil operacional	10.201	9.636
Despesas com viagem	5.504	7.319
Despesas com promoções e relações públicas	5.271	9.612
Treinamento	2.523	3.987
Outras despesas administrativas	29.544	22.517
	427.880	386.975

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Recuperação de encargos e despesas	180.473	144.212
Atualização de impostos a compensar	4.089	4.375
Outras	12.313	10.076
	196.875	158.663

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Despesas com provisões operacionais (i)	164.618	123.800
Despesas tributárias	70.169	42.836
Despesas com busca e apreensão	46.812	41.240
Despesa com comissões	107.997	80.981
Descontos concedidos	71.800	67.146
Variação monetária passiva de impostos	32.856	29.971
Despesas com honorários advocatícios e custas judiciais e administrativas	20.267	17.419
Prêmios e bonificações com vendas	10.448	10.497
Resultado na alienação de bens	16.843	11.540
Outras	7.609	16.356
	549.419	441.786

(i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões de passivos contingentes e obrigações tributárias.

25. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação básico atribuído aos acionistas do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Numerador		
Lucro líquido do exercício	330.424	265.248
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	312.956.418	312.956.418
Lucro líquido básico por ação (em Reais)	1,06	0,85

26. COMPROMISSOS POR OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ARRENDATÁRIA

O Grupo aluga vários escritórios em condições não-canceláveis como contratos de arrendamento mercantil operacional, cujo ativo é mantido nas demonstrações financeiras do locador enquanto o Grupo informa os pagamentos mínimos futuros de locação como um gasto durante o prazo da locação. Os aluguéis têm vários prazos com direito de renovação. Não há aluguéis contingentes a pagar. As despesas com arrendamento mercantil operacional foram de R\$ 10.201 (2012 – R\$ 9.636) e foram classificadas como “despesas gerais e administrativas” (Nota 22).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil operacional estão demonstrados a seguir:

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
	IMÓVEIS	IMÓVEIS
Até 1 ano	18.974	10.295
De 1 a 5 anos	118.078	16.947
	137.052	27.242

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.2) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas.

	EM 31 DE DEZEMBRO			
	2013	2012	2013	2012
		ATIVO (PASSIVO)	RECEITAS (DESPESAS)	
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.089.296)	(716.564)	(34.590)	(54.114)
CDB subordinado	-	-	-	(13.759)
Letras Financeiras Subordinadas	(1.575.651)	(1.346.096)	(111.916)	(112.275)
Obrigação por contrato de mútuo	-	(45.274)	(3.498)	(3.734)
Contas a receber	4.189	243	-	-
MAN Latin America Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	-	(151.356)	(6.423)	(3.783)
Contas a receber	1.619	1.090	-	-
SCANIA Latin America Ltda.				
Depósitos a prazo	(295.976)	(585.933)	(40.359)	(44.754)
Volkswagen Financial Services NV – Amsterdam				
Obrigações por empréstimo no exterior	(863.492)	(1.375.860)	(168.064)	(243.460)
Volkswagen Financial Services AG – Braunschweig				
Contas a pagar	(53)	-	(53)	-
Contas a receber	2.663	476	-	-

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo. O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga por serviços destes empregados em 2013 totalizou R\$ 13.011 (2012 – R\$ 10.390).

	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Benefícios de curto prazo	11.908	10.140
Benefícios pós-emprego	266	250
Outros benefícios de longo prazo	837	-
	13.011	10.390

28. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA BENEFÍCIOS DE PLANO DE PENSÃO

	EM 31 DE DEZEMBRO	
OBRIGAÇÕES REGISTRADAS NO BALANÇO PATRIMONIAL	2013	2012
Benefícios de planos de pensão	893	1.332
	893	1.332

	EM 31 DE DEZEMBRO	
DESPEAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	2013	2012
Benefícios de planos de pensão	(1.463)	(940)
	(1.463)	(940)

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Medida provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP627/13), que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- (i) a revogação do Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- (ii) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Considerando-se que a referida MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Todavia, com base no texto vigente estima-se que a referida MP 627/13 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis do Grupo.

DIRETORIA

Décio Carbonari de Almeida Rafael Vieira Teixeira Luiz Roberto Parenti Amato

*

Fabiana Palazzo Barbosa
Contadora
CRC 1SP251437/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores
Banco Volkswagen S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Volkswagen S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Volkswagen S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”.

São Paulo, 28 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

BANCO VOLKSWAGEN S.A.
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS LOCAIS
em 31 de dezembro de 2013

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

ATIVO

	2013	2012
CIRCULANTE	15.373.081	12.995.306
Disponibilidades	33.020	26.161
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.728.750	1.213.397
Aplicações no mercado aberto	1.652.035	1.213.397
Aplicações em depósitos interfinanceiros	76.715	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	65.607	124.981
Instrumentos financeiros derivativos	65.607	124.981
Operações de crédito	11.660.700	10.690.731
Operações de crédito – setor privado	11.309.383	10.679.937
Operações de crédito vinculadas a cessão	680.079	342.764
Provisão para operações de crédito – setor privado	(328.762)	(331.970)
Operações de arrendamento mercantil	(7.624)	(16.212)
Arrendamentos a receber – setor privado	118.213	191.960
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(115.712)	(183.985)
Provisão para operações de arrendamento mercantil – setor privado	(10.125)	(24.187)
Outros créditos	1.718.096	741.945
Créditos tributários	794.757	288.709
Diversos	923.339	453.236
Outros valores e bens	174.532	214.303
Despesas antecipadas	125.588	158.576
Outros valores e bens	48.944	55.727
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.213.404	11.234.823
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	208.162	112.750
Carteira própria	139.962	89.988
Instrumentos financeiros derivativos	68.200	22.762
Operações de crédito	10.407.469	10.175.432
Operações de crédito – setor privado	10.322.848	10.490.929
Operações de crédito vinculadas a cessão	645.571	347.757
Provisão para operações de crédito – setor privado	(560.950)	(663.254)
Operações de arrendamento mercantil	(13.327)	(48.664)
Arrendamentos a receber – setor privado	98.015	182.462
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(96.848)	(180.084)
Provisão para operações de arrendamento mercantil – setor privado	(14.494)	(51.042)
Outros créditos	526.403	867.344
Créditos tributários	251.326	639.038
Diversos	275.077	228.306
Outros valores e bens	84.697	127.961
Despesas antecipadas	84.697	127.961
PERMANENTE	864.867	1.664.967
Investimentos	122.260	162.663
Investimento em controlada	122.260	162.402
Outros investimentos	-	261
Imobilizado de uso – líquido de depreciação	3.166	493
Imobilizado de arrendamento	711.868	1.489.803
Bens arrendados	1.152.825	1.917.915
Depreciações acumuladas	(440.957)	(428.112)
Intangível	27.573	12.008
Ativos intangíveis	27.573	12.008
TOTAL DO ATIVO	27.451.352	25.895.096

VOLTAR PARA O SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2013	2012
CIRCULANTE	12.823.794	13.188.141
Depósitos	6.063.843	7.029.936
Depósitos interfinanceiros	3.181.807	4.198.635
Depósitos a prazo	2.882.036	2.831.301
Recursos de aceites e emissão de títulos	663.614	-
Recursos de letras financeiras	663.614	-
Obrigações por empréstimos no exterior	431.404	1.174.782
Obrigações por repasses – FINAME	3.340.600	3.263.826
Instrumentos financeiros derivativos	12.821	-
Outras obrigações	2.311.512	1.719.597
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.763	2.420
Fiscais e previdenciárias	1.060.474	300.517
Credores por antecipação de valor residual	375.748	795.654
Provisão para passivos contingentes	848	893
Dívidas subordinadas	-	26.279
Diversas	870.679	593.834
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12.206.322	10.497.374
Depósitos	1.238.614	528.739
Depósitos interfinanceiros	249.431	120.757
Depósitos a prazo	989.183	407.982
Recursos de aceites e emissão de títulos	885.983	612.052
Recursos de letras financeiras	885.983	612.052
Obrigações por empréstimos no exterior	1.262.792	454.749
Obrigações por repasses – FINAME	5.463.939	5.336.995
Instrumentos financeiros derivativos	508	2.536
Outras obrigações	3.354.486	3.562.303
Fiscais e previdenciárias	524.964	1.216.695
Credores por antecipação de valor residual	79.300	231.594
Provisão para passivos contingentes	127.264	73.429
Dívidas subordinadas	1.839.302	1.586.533
Diversas	783.656	454.052
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	210.542	164.032
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.210.694	2.045.549
Capital social de domiciliados no país	1.307.883	1.307.883
Reserva de lucros	902.811	737.666
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.451.352	25.895.096

A íntegra das demonstrações financeiras locais com suas notas explicativas, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foi publicada no jornal Valor Econômico em 28/03/2014.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

	2º SEMESTRE		EXERCÍCIOS
	2013	2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.967.372	3.935.768	3.950.539
Operações de crédito	1.443.720	2.847.127	2.874.193
Operações de arrendamento mercantil	389.084	861.178	909.742
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	63.538	103.666	79.275
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	71.030	123.797	87.329
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.416.071)	(2.814.233)	(3.101.030)
Operações de captação no mercado	(483.964)	(849.099)	(796.348)
Operações de empréstimos e repasses	(274.623)	(547.100)	(720.559)
Operações de arrendamento mercantil	(374.093)	(825.951)	(843.809)
Operações de venda de ativos financeiros	(35.786)	(75.001)	(47.294)
Provisão para devedores duvidosos	(247.605)	(517.082)	(693.020)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	551.301	1.121.535	849.509
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(417.227)	(796.246)	(720.461)
Rendas de tarifas bancárias	60.579	117.317	157.567
Despesas de pessoal	(1.157)	(4.764)	-
Outras despesas administrativas	(209.722)	(382.206)	(364.703)
Despesas tributárias	(8.833)	(18.995)	(21.993)
Resultado de participação em controlada	(22.937)	(40.142)	(63.768)
Outras receitas operacionais	32.165	69.205	95.158
Outras despesas operacionais	(267.322)	(536.661)	(522.722)
RESULTADO OPERACIONAL	134.074	325.289	129.048
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(26.835)	(32.331)	(21.716)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	107.239	292.958	107.332
Imposto de renda	(27.198)	(76.553)	(24.358)
Contribuição social	(17.296)	(51.260)	(24.627)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS	62.745	165.145	58.347
Lucro líquido por ação do capital social no fim do semestre / exercícios – R\$	0,20	0,53	0,19

A íntegra das demonstrações financeiras locais com suas notas explicativas, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foi publicada no jornal Valor Econômico em 28/03/2014.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	SUBVENÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS		RESERVA DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	RESERVA ESPECIAL DE LUCROS			
Em 31 de dezembro de 2011	1.307.883	18.515	64.232	596.572	-	1.987.202	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.347	58.347	
Destinações:							
Reserva legal	-	-	2.917	-	(2.917)	-	
Reserva especial de lucros	-	-	-	55.430	(55.430)	-	
Em 31 de dezembro de 2012	1.307.883	18.515	67.149	652.002	-	2.045.549	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	165.145	165.145	
Destinações:							
Reserva legal	-	-	8.258	-	(8.258)	-	
Reserva especial de lucros	-	-	-	156.887	(156.887)	-	
Em 31 de dezembro de 2013	1.307.883	18.515	75.407	808.889	-	2.210.694	
Em 30 de junho de 2013	1.307.883	18.515	72.270	652.002	97.279	2.147.949	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	62.745	62.745	
Destinações:							
Reserva legal	-	-	3.137	-	(3.137)	-	
Reserva especial de lucros	-	-	-	156.887	(156.887)	-	
Em 31 de dezembro de 2013	1.307.883	18.515	75.407	808.889	-	2.210.694	

A íntegra das demonstrações financeiras locais com suas notas explicativas, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foi publicada no jornal Valor Econômico em 28/03/2014.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

	2º SEMESTRE		EXERCÍCIOS
	2013	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre / exercícios	62.745	165.145	58.347
Ajustes ao lucro líquido:			
Amortizações e depreciações	2.715	4.249	2.511
Resultado na baixa de bens de imobilizado de uso e ativo intangível	196	198	-
Resultado de participação em controlada	22.937	40.142	63.768
Provisão para devedores duvidosos	247.605	517.082	693.020
Resultado de operações de dívidas subordinadas	86.347	161.517	150.073
Resultado de obrigações por empréstimos no exterior	132.329	227.053	242.211
Provisão (reversão) para outros valores e bens	(46)	15.136	10.172
Ajustes de passivos fiscais e previdenciárias e provisão para passivos contingentes	148.753	279.370	204.176
Reversão para outras obrigações	-	-	(8.065)
Tributos diferidos	(186.914)	(356.780)	(302.788)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS	516.667	1.053.112	1.113.425
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(28.375)	(36.038)	(191.866)
(Aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil	(1.135.253)	(1.557.277)	(2.128.650)
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(443.297)	(187.175)	(58.073)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(77.094)	(261.800)	(180.707)
VARIAÇÃO ATIVOS	(1.684.019)	(2.042.290)	(2.559.296)
Aumento (redução) em depósitos	(223.572)	(256.218)	1.085.179
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	75.562	937.545	612.052
Aumento em obrigações por repasses – FINAME	182.403	203.718	87.449
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	11.295	10.793	(25.284)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos no exterior	275.140	(162.389)	(409.855)
Aumento em outras obrigações	1.153.160	688.882	839.512
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	31.548	46.510	(17.837)
VARIAÇÃO PASSIVOS	1.505.536	1.468.841	2.171.216
(=) CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS	338.184	479.663	725.345
Aumento de investimento em controlada	-	-	(156.000)
Variação em outros investimentos	-	261	5
Aquisição de imobilizado de uso	(3.190)	(3.249)	(1.184)
Aquisição de ativo intangível	(13.576)	(19.436)	(7.434)
(=) CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(16.766)	(22.424)	(164.613)
Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas	(5.184)	64.973	(48.752)
(=) CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(5.184)	64.973	(48.752)
(=) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	316.234	522.212	511.980
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.445.536	1.239.558	727.578
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.761.770	1.761.770	1.239.558
(=) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	316.234	522.212	511.980

A íntegra das demonstrações financeiras locais com suas notas explicativas, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foi publicada no jornal Valor Econômico em 28/03/2014.

**RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE O DESENHO E A EFETIVIDADE
OPERACIONAL DOS CONTROLES
INTERNOS EM CONEXÃO COM
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

À Administração Banco Volkswagen S.A.

1 Fomos contratados pelo Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) para realizar um serviço de asseguarção razoável sobre o desenho e a efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2013 (“Objeto”).

2 Conforme instruções de V.Sas., efetuamos, na extensão mencionada nos parágrafos 6, 7 e 8 deste relatório, determinados procedimentos de asseguarção com o objetivo de comprovar a adequada apresentação do objeto em todos os seus aspectos relevantes de acordo com os critérios especificados.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

3 A administração do Banco Volkswagen S.A. é responsável pelo planejamento, elaboração, implantação e operação de controles internos relevantes para a adequada elaboração e apresentação das demonstrações financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2013 de acordo com os critérios estabelecidos no documento Estrutura Integrada de Controles Internos edição de 1992 do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) e pela avaliação da efetividade de tais controles, incluída na afirmação da administração sobre os controles internos sobre relatórios financeiros, que acompanha este documento.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR

4 Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes relacionados às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 do Banco, com base nos critérios estabelecidos no COSO edição de 1992.

5 Conduzimos nosso trabalho de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TO 3000) – “Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão” (3000), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em conjunto com o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, para trabalhos de asseguarção que não sejam de auditoria de informações financeiras históricas, a qual está de acordo com a International Standard on Assurance Engagement (ISAE 3000), norma internacional para trabalhos de asseguarção. A NBC TO 3000 requer o cumprimento com os padrões éticos e o planejamento e a realização do serviço para obter asseguarção razoável da efetividade dos controles relacionados às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 do Banco, em todos os seus aspectos relevantes.

6 O serviço de asseguarção razoável envolve a execução de procedimentos para obter evidências adequadas e suficientes de que o ambiente de controles internos relacionados às demonstrações financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2013 do Banco foi elaborado de acordo com os critérios. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, incluindo a avaliação dos riscos dos referidos controles internos não cumprir significativamente com os critérios.

7 O trabalho compreendeu as seguintes etapas: o planejamento dos trabalhos; a obtenção de entendimento dos controles internos sobre as demonstrações financeiras avaliando o risco de uma insuficiência material; e a realização de teste e avaliação da eficiência do desenho e da eficiência operacional dos controles internos sobre os riscos avaliados.

8 Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

9 Em nossa opinião, o Banco Volkswagen S.A. mantém, em todos os aspectos relevantes, controles internos sobre as demonstrações financeiras efetivos em 31 de dezembro de 2013, tendo como base os critérios estabelecidos no COSO edição de 1992.

10 Os controles internos sobre os relatórios financeiros do Banco são desenhados para fornecer uma garantia razoável com relação à confiabilidade das demonstrações financeiras para fins externos, elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos. Os controles internos sobre os relatórios financeiros do Banco incluem políticas e procedimentos que: (a) dizem respeito à manutenção de serviços que, em detalhe razoável, refletem as operações e as disposições de modo preciso e adequado dos ativos do Banco; (b) fornecem garantia razoável de que as operações são registradas conforme necessárias para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos; e (c) fornecem garantia razoável com relação à prevenção ou à detecção, em tempo hábil, de aquisição não autorizada, uso ou alienação dos ativos do Banco que poderiam afetar materialmente as demonstrações financeiras. Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros não podem prevenir ou detectar distorções. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da eficácia de controles para os períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados em razão de alterações nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou os procedimentos possa se deteriorar.

RESTRIÇÕES DE USO

11 Este relatório é para o uso do Banco Volkswagen S.A. e o conhecimento da Alta Administração da Volkswagen Financial Services, tendo em vista sua finalidade específica e extensão descritas no primeiro e segundo parágrafos e, dessa forma, este relatório pode não ser adequado para outros propósitos.

São Paulo, 28 de março de 2014.

PricewaterhouseCoopers
Contadores Públicos Ltda.

Marco Antonio Rizzo Couto
Contador CRC 1SP256460/O-5 CRC 2SP023173/O-4

BANCO VOLKSWAGEN S.A.

Afirmação da administração sobre os controles internos relacionados às demonstrações financeiras

A administração do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) é responsável por estabelecer e manter controles internos eficientes sobre relatórios financeiros. Nosso ambiente de controles internos sobre relatórios financeiros é um processo desenhado; e sob a supervisão da Diretoria Executiva e do Comitê Executivo do Banco, e aprovado pelo Comitê de Auditoria e pela nossa administração, que visa oferecer garantias razoáveis a respeito da confiabilidade na preparação e apresentação das demonstrações contábeis para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos sobre relatórios financeiros do Banco incluem as políticas e procedimentos que: (i) dizem respeito à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente, com detalhamento razoável, as transações e alienações dos ativos do Banco; (ii) fornecem garantia razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos; e (iii) fornecem garantia razoável em relação à prevenção ou detecção imediata de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos do Banco que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis. Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre relatórios financeiros podem não prevenir ou detectar erros em tempo hábil. Ainda, projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitos aos riscos de que os controles podem se tornar inadequados devido às mudanças nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou os procedimentos pode se deteriorar.

Avaliamos a efetividade dos controles internos sobre os relatórios financeiros em conformidade com os critérios definidos no documento Estrutura Integrada de Controles Internos edição de 1992 emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) e, com base nessa avaliação e nos referidos critérios, a Administração concluiu que os controles internos sobre as demonstrações financeiras do Banco são efetivos em 31 de dezembro de 2013.



VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS
BRASIL

expediente

**Publicado por Volkswagen
Serviços Financeiros**
Rua Volkswagen, 291
Parque Jabaquara
São Paulo – SP
www.bancovw.com.br

Produção
Ketchum Estratégia
www.ketchum.com.br

Conceito e Design
Leandro Hataka
Leonardo Vaz
Gusttavo Castro

Redação
Natalia Gomez

Edição
Ana Luiza Silveira

Coordenação
Leticia Colombini

Revisão
Teresa Bilotta

Fotos
Daniela Toviansky
Acervo Volkswagen Serviços Financeiros
Banco de imagens Shutterstock

Coordenação
Volkswagen Serviços Financeiros
Marcelo Allendes
Livia Guadain

VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS

BRASIL